



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

2ª SESSÃO ESPECIAL DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2025

TEMA: “49 ANOS DA OPERAÇÃO CAJUZEIRO”

PRESIDENTE E PROPONENTE DESTA SESSÃO: PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

1º SECRETÁRIO DESTA SESSÃO: CAMILO DANIEL – PT

VEREADORES PRESENTES: Professora Sonia Meire, Camilo Daniel.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Sob a proteção de Deus, de todas as religiões e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a presente Sessão Especial que traz como tema: “49 anos da Operação Cajueiro.”. Para dar início a esta sessão, eu quero convidar o vereador Camilo Daniel, que irá aqui compor a Mesa, secretariando esta sessão de hoje. Quero também convidar aqui para vir à Mesa o nosso grande camarada e coordenador-geral, organizador, conosco, desta Sessão Especial, o nosso ex-vereador resistente Marcélio Bonfim. Que, além de ser ex-vereador, é fundador do Comitê Memória, Verdade e Justiça em Sergipe. Quero convidar também, para tomar assento à Mesa, a nossa companheira, camarada de histórias, de luta, de vida, a ex-deputada estadual, professora Ana Lúcia Vieira Menezes. Quero convidar, para vir à Mesa, a nossa companheira também, pesquisadora, jurista e professora de direito da UFS, que também construiu todo o procedimento da Comissão da Verdade em Sergipe, a professora Andréa Depieri. Quero também convidar, para vir à Mesa, o nosso professor, também militante histórico, professor Rubens Marques, que, além de professor, é diretor estadual da CUT Sergipe. Quero

também convidar o nosso camarada que foi indiciado e processado durante o período da Operação Cajueiro, o ex-governador Jackson Barreto para tomar assento a Mesa, muito obrigada. Quero fazer o registro e, posteriormente, também... Essa Mesa, como aqui não tem muitos lugares... Na verdade, nós temos, na primeira fila, a Mesa estendida dos resistentes, de famílias dos resistentes, que fizeram história de luta na nossa cidade e no nosso estado. Eu quero, inicialmente, já agradecer a presença de Edilson da Cruz, filho do nosso querido Milton Coelho. Wellington Mangueira, um dos resistentes do período. Professor Bittencourt. Cadê Bittencourt? Professor Bittencourt, muito obrigada. Professor Bittencourt, ex-vereador de Aracaju, filho também do grande Bittencourt, que permanece vivo, e ele está aqui hoje representando a sua família. Muito obrigada, Bittencourt, por estar aqui. Quero também dizer da importância da presença do presidente estadual do PCB, Leonardo Dias. Obrigada. Aqui, também, Carlos Alberto Menezes, preso na Operação Cajueiro. Temos a presença também do senhor André Miranda e Jaime Miranda, ambos filhos do grande Jaime Miranda, que também foi assassinado e até o momento... Está aqui, senhor André e Jaime. Jaime e André aqui na frente. Quero também dizer da importância da presença aqui de Maria Vitória Melo, filha de Antônio Correia de Melo. Muito importante. Muito obrigada. Mirailton Silva Oliveira, filho de Virgílio de Oliveira, Juca pintor. No decorrer, nós vamos chamando os demais nomes, fazendo os registros nessa tarde de hoje. Antes de convidar o vereador Camilo, eu quero dizer para vocês que esta Sessão Especial é da nossa autoria, mas ela está sendo construída a várias mãos, tanto externamente com o nosso camarada, com a Andréa Depieri, conversando com outras pessoas, com trabalhadores que tem se reunido para organizar a jornada de luta deste ano lá no espaço da CUT, e também pelos vereadores que compõem aqui uma bancada de oposição, vereador Camilo Daniel, que está entre nós e o vereador Iran Barbosa, que nesta tarde de hoje está passando por um procedimento de exames e não pôde estar presente nessa tarde, mas deixou aqui o abraço para todas as pessoas. Porque, infelizmente, tem momentos que a gente tem que dar uma parada para cuidar da saúde e não tinha como mudar esse procedimento. Quero agradecer e quero passar para o vereador Camilo para que ele possa fazer a leitura do requerimento e das mensagens recebidas. Obrigada, vereador.

1º SECRETÁRIO DESTA SESSÃO CAMILO DANIEL – PT

Muito boa tarde a todas as pessoas aqui presente. Estado de Sergipe, Câmara Municipal de Aracaju. Requerimento nº 20/2025. Autoria, vereadora Professora Sonia Meire. (Leu). As mensagens. A mensagem que tem aqui Professora Sonia Meire é: “À sua excelência vereador Ricardo Vasconcelos e Silva, presidente da Câmara Municipal de Aracaju. Cumprimentando cordialmente, acuso o recebimento do convite para participar da Sessão Especial em homenagem aos 48 anos da Operação Cajueiro, de autoria da vereadora Professora Sonia Meire, a ser realizada no dia 20 de fevereiro 2025, às 14 horas, no plenário da Câmara Municipal de Aracaju. Impossibilitada de comparecer por compromissos assumidos anteriormente, agradeço a Vossa Excelência a gentileza do convite, augurando que o distinto evento seja repleto de pleno êxito. Cordiais saudações da desembargadora Iolanda Santos Guimarães, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.”.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, vereador. Em tempo, nós convidamos todas as pessoas presentes para cantar o Hino Nacional. (*Execução do Hino Nacional*). Antes de iniciar as falas e para falar um pouco da importância da Sessão, eu quero fazer minha autodescrição para as pessoas de baixa visão e as pessoas cegas. E as pessoas da Mesa, ou que fizerem uso da palavra, se puderem também fazer sua autodescrição, é muito importante para quem está nos acompanhando aqui presencialmente ou também pelo Youtube. Garantindo mais acessibilidade para o conhecimento da história que nós estamos aqui tratando hoje. Eu sou uma mulher de estatura média, cor de pele branca, tenho cabelos tingidos de roxo, uso óculos vermelho, estou portando um vestido vinho e um blazer branco, com um brinquinho dourado e uma correntinha também dourada. Quero dizer que hoje é a primeira sessão do ano e eu estou muito emocionada por nós estarmos fazendo esta sessão exatamente para trazer à memória a história dos 49 anos da Operação Cajueiro. Um espaço do Legislativo, onde nós temos tido configurações, cada vez mais, difíceis de convivência na defesa da democracia, nos espaços que nós estamos atuando hoje aqui. Então, a primeira sessão de hoje ser marcada pela luta na defesa da democracia, na garantia dos direitos, da liberdade, da justiça social, ela não é uma sessão

qualquer no ano de 2025. E poucos dias antes do próprio processo do regime de exceção da ditadura civil militar empresarial brasileira, que, em março, nós também continuaremos nas ruas na defesa dos direitos da democracia. Em um período também, em uma conjuntura que nós estamos vivendo, que a nossa frágil democracia continua sendo atentada, e quando... Essa semana nós já tivemos o relatório enviado ao STF, o processo será aberto para que se venha a investigar e punir os que atentam contra a democracia e as tentativas de golpe nesse país. Nós sabemos que nós já passamos por várias tentativas de golpe e pelo próprio golpe, e continuamos passando por períodos de tentativas de golpe. Hoje, nós estamos aqui reunidos, reunidas para dizer que não vamos aceitar a anistia a golpistas, e a prisão e punição para todas e todos que atentarem contra a nossa democracia, contra a nossa vida. Então, muito obrigada por vocês estarem aqui hoje fortalecendo essa luta, que tem uma relação direta com aquelas pessoas que deram a sua vida para defender a nossa existência, a nossa vida, a soberania do nosso país. E que, hoje, nós estamos, nesse momento, com alguns aqui construindo, que continuam, como Marcélio disse ontem, eu vou deixar pra ele falar, porque a fala vai ser dele nesse sentido. Estão aqui vivos, vivas, para poder não só nos ensinar, ensinar aos mais jovens, como Marcélio disse em um texto que ele escreveu e eu li hoje aqui, Marcélio, no Pequeno Expediente: "Rememorar o que foi a Operação Cajuíro é um processo pedagógico, é um processo educativo para as gerações de hoje e as gerações futuras". Com isso, eu passo agora a palavra, vou colocar para vocês. Vou começar por Marcélio, nosso camarada, que vai fazer uso da palavra, resgatando aqui todo esse processo e trazendo à tona os nomes e as histórias construídas nesse período sombrio. Em seguida, nós teremos a fala da nossa companheira Andréa Depieri, que vai trazer também alguns dados e elementos da Comissão da Verdade. E depois, nós passaremos para os demais membros da Mesa e estenderemos também à mesa estendida aqui, para quem quiser fazer uso da palavra. Então, Marcélio pediu um tempo maior, ele vai fazer uso da palavra por cerca de 30 minutos, e depois a gente vai ratear o tempo com os demais, para que outras pessoas possam falar, não é, Marcélio? E a gente poder ter prosseguimento e sair daqui com os compromissos assumidos também, que é muito importante. Esta sessão de hoje tem esse objetivo, não é, Camilo? Não só de trazer a memória

agora mas o que é necessário para manter viva essa memória daqui para frente. Marcélio traz uma série de pontos que nós, como vereadores e vereadoras, temos o dever de também levar adiante e também defender o que a Comissão da Verdade apontou e que ainda não foi cumprido até hoje. Então, é isso. Marcélio, com você a palavra.

MARCÉLIO BONFIM – FUNDADOR DO COMITÊ MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM SERGIPE

Boa tarde a todos. Eu queria começar... Não sei se vou suportar olhar aqui para Antônio Bittencourt, pai de um grande companheiro que está hoje em cima de uma cama com 94 anos. Olhar aqui para o filho do outro grande companheiro, companheiro Virgílio Ferroviário. Está olhando aqui para companheira que está ali, filha do outro companheiro, Carivaldo. Olhando aqui para Carlos Alberto, fundador do MDB, da ala jovem do PMDB, que foi preso, sequestrado na Operação Cajueiro. Olhando para o velho companheiro, Wellington Mangueira. E, por último... Deixe-me eu olhar aqui para ver se eu vejo outros companheiros da Operação Cajueiro. Mas, por último, eu queria ver se eu me controlava para olhar para André Miranda e seu irmão que estão aqui presente. Por que essa observação? O pai de vocês dois, eu conheci quando estava na União Soviética, onde chegava e o encontrava já saindo da União Soviética. Por ocasião de uma visita que Prestes fez, logo depois do Ato Institucional nº 5, que a ditadura brasileira ficou mais enfurecida ainda e ai ato institucional, Decreto nº 477, cassação de mandatos... E aí começou a prática ditatorial não só de torturar, como também de assassinato. E olhando para os dois filhos desse grande companheiro meu, que me ensinou a amar a luta em defesa da liberdade e da democracia. Eu peço a vocês uma salva de palmas para Jayme Miranda e que um dia vocês dois e toda a família dele consigam ter a felicidade – se é que é felicidade – do estado brasileiro entregar os restos mortais, para que se faça uma solenidade em Maceió em homenagem a este grande companheiro que foi Jayme Miranda. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da vereadora Sonia Meire, do vereador Camilo. Cumprimentar o companheiro que eu quero muito bem, que é o companheiro Dudu, foi dirigente do SINTESE e, hoje, ainda é dirigente da CUT. Cumprimentar a companheira Ana Lúcia pelo seu trabalho, pela sua dedicação,

pela sua coragem, principalmente, de sempre estar no meio da rua lutando também por liberdade e democracia. Cumprimento aqui, talvez... A doutora Andréa não gosta porque, em todos os momentos, eu sempre tenho a coragem de afirmar: só existe o relatório da Comissão da Verdade em Sergipe graças a você, Andréa. Cumprimentar o ex-governador Jackson Barreto, que foi militante do Partido Comunista, que não foi preso na Operação Cajueiro, mas foi processado e quase não consegue ser candidato a deputado federal em 78. E só foi deputado federal candidato em 78 – e você se lembra muito bem disso – quando a doutora Ronilda telefonou-me dizendo que havia um apelo de todos os processados, para que o julgamento do processo fosse prorrogado e não fosse realizado em 78. Eu disse a ela que iria pessoalmente a Salvador conversar, talvez fui com você, Jackson, e ela me contou toda a história e ainda me disse: “Você, hoje, está vivo, mas não era para você estar vivo, porque o esquema era montado para, também, lhe assassinar.”. Quando ela colocou a questão do julgamento, eu disse: “Pode realizar o julgamento agora em 78, que eu não quero que fique no meu currículo que eu contribui para caçar um mandato de um companheiro.” e o julgamento foi realizado. Agora eu começo, vereadora Sonia Meire, desculpe-me ter tomado esse tempo, mas era uma coisa da minha alma e do meu coração. Eu tenho que olhar para os companheiros, familiares dos torturados da Operação Cajueiro. Agora eu começo citando uma frase que hoje está ocupando, que está sendo adorada no mundo inteiro e aqui no Brasil, que é a frase que está no livro de Rubens Paiva, e também foi assassinado e até hoje, os restos mortais dele, o Estado brasileiro não localizou, que é: “Ainda estou aqui”. Eu acrescento: ainda nós estamos aqui com disposição e com coragem para fazer o que for necessário para impedir que esse país retorne a uma ditadura militar. Ressalto que o objetivo desta Sessão Especial não é para homenagear os que promoveram a nojenta e abominável página da história do Brasil que foi a Operação Cajueiro. E, sim, para lembrar e relembrar aquilo que durante anos ficou na vala do esquecimento, e as gerações posteriores precisam conhecer os fatos reais. Sou sobrevivente, e vou fazer um companheiro aqui chorar, porque todas às vezes quando eu digo isso, ele chora. Estou vivo graças a três companheiros jornalistas, um está ali, que é Milton Alves. Não chore, Milton, que você vai, também, entrar para a história de todos nós. O companheiro Paulo Barbosa,

que não está mais entre nós. O companheiro Montalvão, que não está aqui, mas esses três companheiros conseguiram fazer o impossível daquela época, que era burlar a censura. Escreveram releases e mandaram para os jornais do sul do país. Paulo Barbosa... Corrija-me, Milton, se eu me atrapalhar aqui. Paulo Barbosa, para o estado de São Paulo; o Jornal do Brasil, Montalvão; o Jornal da Tarde, você, Jornal da Bahia. Veja como, Andréa, eles fizeram isso. Paulo Barbosa tinha o escritoriozinho do jornal dele ali no antigo Cinema Palace, uma salinha que tem toda a estrutura. Os três se reuniram lá e prepararam releases, e cada um desceu as escadas e foi ao calçadão da Rua João Pessoa, que não era ainda calçadão, e pediu ao gerente da loja para dar um telefonema para casa, e não foi para casa de nenhum deles, foi para a redação dos jornais do sul do país e que não deu tempo da censura ir lá e retirar a matéria. E na manhã do dia seguinte, estavam os jornais todos do sul do país, e o deputado José Carlos Teixeira, o senador Gilvan Rocha, de posse dessas matérias, foram para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, e responsabilizaram o Estado brasileiro pelo que viesse a ocorrer com os 26 presos políticos que estavam escondidos na garagem do quartel do 28º Batalhão de Caçadores. De posse desse material, José Carlos cumpriu essa tarefa e o general, comandante dessa operação, um Fiúza de Castro, comandante da 6ª Região Militar, veio à Aracaju correndo, porque deve ter recebido um esporro dos generais da Presidência da República. E mandou que retirassem, mandou que os seus subordinados, o coronel Oscar Silva, o major Ribeiro, torturadores, entregassem, apresentassem e oficializassem a prisão dos 26 companheiros do quartel do 28. A partir daí, não mais tortura física, mas continuou a tortura psicológica. Concluíram o inquérito. Finalizaram. Agradeço também, aqui e agora, aos vereadores desta Casa pela aprovação da propositura numa demonstração de reconhecimento da importância do tema, não deixando cair na vala do esquecimento, pois é necessário à sociedade tomar conhecimento dos fatos para impedir que nunca mais se repita um regime ditatorial autoritário no Brasil. Cumprimento ainda todos que estão aqui presentes. Não me considero vítima da ditadura de 64. Quero dizer a todos vocês que faria e farei tudo novamente para defender o Estado Democrático de Direito. Sabia eu das consequências que poderia resultar, em razão da minha militância, e aqui eu parabenizo o companheiro que está ali, que continua

organizando o querido Partido Comunista Brasileiro. Afinal, mesmo aceitando a realidade que são os vencedores que contam a história, a exigência não muda. O fim do regime militar foi uma vitória de uma democracia imperfeita e, até agora, não consolidada, mas é democracia. O que se quer é a versão democrática da história brasileira. A Operação Cajueiro não foi um fato isolado, a Operação Cajueiro não foi um fato isolado em Sergipe. Ações semelhantes ocorreram em outras capitais, sendo um dos focos da ditadura de 64 o desmantelamento do Partido Comunista Brasileiro. Essa operação e as ações similares em outros estados foram gestadas desde 1974, conforme consta no relatório da CIA que revela os crimes da ditadura militar brasileira. Segundo esse relatório, que eu tenho ali na minha pasta, no último ano do governo de Médici, cerca de 104 companheiros foram assassinados sumariamente, executados pelo Estado brasileiro. Em 74, o general Geisel autorizou a continuidade da política de execução sumária adotadas pelo Governo de Médici, mas orientou que somente... Perceba bem esse detalhe, está no relatório da CIA. Orientou que somente os subversivos perigosos fossem mortos, mas com a condição que o chefe do SNI aprovasse e o chefe do SNI foi o último ex-general presidente, João Figueiredo. Sexta-feira, dia 20 de fevereiro de 76, véspera do Carnaval, o coronel Oscar Silva, Wellington Mangueira, e outros oficiais da 6ª Região Militar em Salvador instauraram o inquérito policial e passaram a sequestrar ativista, estudantes, trabalhadores, militantes que lutavam pela redemocracia e pelo fim da ditadura no Brasil. A acusação era a organização do PCB, essa operação obedecia, na verdade, a uma ordem nacional que era acabar... E parabéns, companheiro, que você não permitiu que até hoje o PCB se acabasse. No bojo dessa onda anticomunista, foram assassinados na sala do DOI-CODI o jornalista Vladimir Herzog; o operário, João Fiel; e tantos outros companheiros. E eu vou repetir aqui que eu não aguentei, olhando para os dois filhos de Jayme Miranda, esperar pelo meu texto. Outros companheiros, até hoje, as famílias não sabem onde os seus corpos estão. O exemplo daqueles que lutaram na Araguaia. Rubens Paiva, cujo filme está sendo sensibilizado e aqui eu já repetei o nome do filme e do livro do filho dele: "Ainda estou aqui". E o filme está sensibilizando o mundo. Jayme Miranda, faço aqui um parêntese e registro, mais uma vez, nesta sessão, os dois filhos dele aqui presente e peço, de novo, salva de palma para Jayme

Miranda e seus dois filhos que moram aqui em Sergipe. Intensificadas perseguições e sequestros, os militares davam voltas para disfarçar o local para onde os presos, com os olhos vedados, encapuzados, estavam sendo levados. Eram deixados no quartel, lá no fundo do quartel, na grande garagem do 28º, local este, posteriormente identificado, como eu identifiquei, pelo apito dos trens e pelos sinos da igreja do Espírito Santo. Para mim, foi um grande choque, que eu reconheci que estava na mão dos leões do exército brasileiro no quartel do 28º. No quartel, primeiro, não é, Carlos Alberto? Primeiro, tiravam a roupa da gente e mandavam que a gente vestisse o macacão. Apertavam os nossos olhos com a borracha que vedava os nossos olhos. A cada interrogatório era submetido a uma avaliação médica para saber a capacidade de resistência dos indivíduos a serem torturados. Não está aqui no texto, mas eu tenho que lembrar que os médicos, um da marinha, José Carlos Pinheiro, que já está lá em cima, o Capitão Williams. Eram esses médicos que eu escutava, e eu ouvi na hora que me deram um tapa e me empurraram no chão, e mandaram que eles fizessem o procedimento e um deles disse: "Esse aguenta. Está pronto para ser torturado.". Quase todos ou todos sofreram pancadas na cabeça, telefones, choques nas partes sensíveis do corpo, bem como no pau de Arara, tentativas de afogamento em uma grande caixa d'água, golpes na altura dos rins, entre outras sevícias. Para além disso, muita tortura psicológica também durante os interrogatórios. Alguns sergipanos participaram ativamente desses procedimentos, entre outros, o sargento Siqueira, sargento Cruz, sargento Sousa. Eu, infelizmente, fui vereador em 88 e quando a Câmara foi transferida para aqui, eu tive a infelicidade de ser companheiro vereador dele aqui, e a gente teve que bater boca e um enfrentar o outro. Alguns sergipanos participaram ativamente desses procedimentos, desses sergipanos. E o mais grave, que não está aqui no papel, é que em 47, depois da eleição de 46, que foi eleito o presidente general Dutra, que colocou na clandestinidade o Partido Comunista, que tinha eleito o companheiro Luís Carlos Prestes, o senador mais votado aqui em Sergipe; que elegeu o deputado estadual, o médico Armando Domingos; que elegeu o vereador, simplesmente pela legenda do PCB, Carlos Garcia; que teve como suplente uma professora que Wellington conhece e todo mundo conhece, que foi a professora Ofenísia Freire, esposa de Filemon Franco Freire, militante do Partido Comunista

sergipano. Mas, o partido foi colocado na clandestinidade e, automaticamente, os deputados eleitos no país inteiro, que foram 14 deputados federais, inclusive o sergipano, o irmão de Agonalto Pacheco, Oswaldo Pacheco, que era presidente da CGT no Porto, em São Paulo, foi eleito deputado federal, junto a Marighella, junto a Jorge Amado, e com quem? Com João Amazonas, com todos eles. E aí vem uma pergunta: o que foi que aconteceu? O partido, no país inteiro, organizou manifestações de protesto contra a cassação do registro do partido e a cassação desses parlamentares, e aqui em Sergipe não foi diferente, o partido aqui e as organizações de esquerda organizaram uma manifestação em frente ao Cinema Rio Branco, ali na antiga Rua João Pessoa. E, quando o pessoal ia chegando, para participar da manifestação, a cavalaria já estava lá na calçada do Cinema Rio Branco. E essa cavalaria era comandada por um cidadão, capitão do exército, que comandava, na época, a Polícia Militar que, também, montado no cavalo, impediu essa manifestação atirando, e um dos tiros atingiu um trabalhador, o Anísio Dário. Já disse a companheira Sonia Meira que vou passar a proposta para fazer o requerimento para ali, naquele local, colocar um memorial para lembrar o assassinato de Anísio Dário. E tem uma pequena observação, antes de olhar aqui texto, que eu tenho que fazer. Quem era o governador em 1947, que foi eleito também? O governador era José Rollemberg Leite, o que estava montado no cavalo foi colega até de Jackson na Assembleia Legislativa como deputado estadual, e quando você foi preso, ele era presidente da assembleia e não teve a sensibilidade. Quando você foi intimado para ir para o 28º, você foi pedir a ele para te acompanhar e ele não acompanhou. Coincidência. Eu vou chegar agora com mais detalhes da Operação Cajueiro. Quem era o governador em 1976? O mesmo, José Rollemberg Leite, governador biônico que criou todas estruturas para entregar a Fiúza de Castro, ao coronel que ficou aqui, e o major Ribeiro. E entregou os policiais militares, carros para que conseguissem operar, fazer realizar a Operação Cajueiro. Eu acho importante esse registro. Por que quem conhece aqui quem foi o partido político desde os anos 30, 40, a perseguir a esquerda em Sergipe? Foi exatamente o partido dos latifundiários, o partido dos usineiros, que era a família de José Rollemberg Leite. Eu ainda tenho ali o documento que eu trouxe, de quando eu estava preso, porque estava aguardando o julgamento da prisão preventiva. O presidente também

assassino, Geisel, veio a Sergipe e quem estava no aeroporto recebendo o Ernesto Geisel? O governador José Rollemberg Leite, e ao lado – está ali na foto – estava o cidadão que, com a chamada redemocratização, virou governador de Sergipe, depois virou senador, que se chama Antônio Carlos Valadares. Eu lembro aqui a companheira Andréa e eu fiz uma relação de quem a comissão pudesse convidar para ir prestar depoimento, e a senhora convidou e ele se negou, não foi. Dos 26 presos na Operação Cajueiro, sete não responderam o inquérito, sete não foram indiciados. Jackson Barreto foi indiciado, mas não foi preso. Os 15 foram processados. Depois, ao encerrar, eu vou ler aqui a relação dos nomes e citando aqueles que ainda estão vivo, para que a gente preste homenagem aos que estão vivo e aos que não estão vivo mais entre nós. Nos últimos anos, o regime democrático do Brasil vem sendo fragilizado, as tentativas de golpe já registradas sinalizam que uma nova ditadura está sendo gestada no nosso Brasil. São crescentes, e já passando do limite, a desigualdade social, a violência, a corrupção, os crimes ambientais, a instabilidade econômica e os caóticos serviços da educação, da saúde, da segurança. E esse cenário é um terreno fértil para desestabilizar politicamente e economicamente o país. Resulta que as atuais políticas públicas não estão atendendo às necessidades da sociedade. Falta, falta um eixo central norteador capaz de garantir as mudanças estruturais que o Brasil necessita para sair da estagnação que se encontra. Quem sabe faz a hora acontecer. Precisamos nos organizar para a luta por uma mudança que dê à nossa gente qualidade de vida. Um governo trabalhando em sintonia com as aspirações da população. Ao concluir aqui essa parte, eu quero prestar homenagem. Companheiro, você o conheceu, não é? O companheiro Guido, que faleceu no último dia 8, na cidade de Nossa Senhora da Glória. Lamento. Companheiro Guido, Guido, Guido. Eu vou fazer uma homenagem a ele aqui. Ao concluir, isso é um recado que eu estou mandando para um professor da universidade fantasiado, que veste uma fantasia de intelectual, de escritor, mas teve a coragem de publicar, e está nas redes sociais. Ao concluir, lamento que pessoas que se considerem intelectualizada divulguem nas redes sociais que os presos políticos tinham regalias, tratamento cinco estrelas, atendimento médico. O atendimento médico, eu já disse aqui qual era, no quartel do 28º. Inclusive de fazer refeições igual às refeições dos oficiais. As refeições não

eram dos oficiais, era resto de comida que distribuía com os pesos. Entendo que isso é uma agressão, é um desrespeito a todos aqueles que sofreram na pele, na alma, pela opção de resistir ao golpe de 64. E acho oportuno fazer o registo do belga Michel Dercy, conhecido como o Guido Michel, que veio para o Brasil como missionário. Chegou nos anos 70 para fortalecer a luta dos trabalhadores rurais do Baixo São Francisco e no sertão. Foi fundador, vereador, e ninguém se lembra, foi fundador... E eu quero declarar aqui que o Partido dos Trabalhadores só existe em Sergipe porque passou pelas mãos desse belga, companheiro Guido, lá em Glória. Isso porque a legislação eleitoral de 82, Jackson, você se você lembra disso, exigia que o partido, para ser registrado, devia ter 14 diretórios aqui em Sergipe, 14 comissões provisórias para participar da eleição de 82. Só faltava um. Eu com o Goezinho, que é outro que esquecem que ele foi o responsável para organizar o Partido dos Trabalhadores de Sergipe e ninguém se lembra dele. E aqui eu peço uma salva de palmas a Goezinho, bancário, que foi militante do PCB, dirigente sindical e o grande fundador do Partido dos Trabalhadores. E o partido foi organizado e Guido foi um dos primeiros candidatos a deputado estadual em Nossa Senhora da Glória. Participou ativamente das lutas da Cooperativa Camurupim em Propriá, dos índios Chocó, na ilha de São Pedro, dos trabalhadores rurais em Santana do Soares e na Barra da Onça, deixando sua residência em Glória e indo morar no assentamento Barra da Onça. Onde foi, em 1984, espancado violentamente pela polícia militar e passou alguns meses internado no hospital para se recuperar. Reafirmo agora o que disse e o que venho dizendo em várias oportunidades. Enquanto esse velho aqui de 81 anos tiver um pouquinho de saúde, eu estarei pronto para lutar, para evitar que uma nova ditadura se instale no nosso país. Eu queria, agora, passar ligeiramente e já vou passar lendo ao seu lado aí, mas, antes de fazer isso, eu quero registrar aqui as mulheres guerreiras de Sergipe que foram presas em 1964. Dona Dulce, viúva do prefeito Conrado. Zelita, que está em cima de uma cama. Doura Rosal, essa está viva. Zuleika, que era militante do Partido Comunista. Laíde Nunes, tia do jornalista Joaldo Nunes. Arli, vocês devem ter conhecido, Ari e Arli. Maria José do Médio, que foi presa na Cúria. Quero também registrar aqui, Wellington, os presos por terem participado do Congresso de Diurna. Wellington Mangueira que está ali, a sua esposa que não teve condição de vir.

Tina, que a sua irmã está aqui. Tina. Vitória, que a gente eu chamava de Tina, filha de um companheiro militante do Partido Comunista, Tonico Alfaiate. João Augusto Gama. Benedito Figueiredo, que participou. Elzi, não sei se está viva ainda. José Polito, não está mais aqui. Antônio Vieira. Também já morreu. E José Alves Nascimento, expulso do Atheneu, Wellington, vai para você também. Abelardo já está lá em cima. Mário Jorge e Ana Lúcia, que também já está lá em cima. E a gente precisa sempre, Ana Lúcia, prestar homenagem ao trabalho que ele fez para organizar a base política do PCB nos anos 66, na Universidade Federal de Sergipe. Wellington Mangueira é testemunha disso. Jackson Figueiredo, não tem nenhum parente dele aqui. Alceu Monteiro, também está lá em cima. Só está vivo, infelizmente, o Anderson Nascimento, que é um bolsonarista de direita hoje, fantasiado e vestido com a capa da intelectualidade, mas é de direita. Agora, vou ali para junto da nossa companheira para ler as propostas que o Comitê Memória, Verdade e Justiça tem para daqui para frente. Sugestões de propostas do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça a serem votadas na Câmara Municipal de Aracaju encaminhadas à vereadora Sonia Meire por ocasião da Sessão Especial realizada no dia 20, hoje, aqui. Primeiro: Instituir em Aracaju o dia municipal para rememorar a resistência contra a ditadura de 64. Eu já fiz até o modelozinho que vocês três vereadores vão consertar. “Prefeita de Aracaju, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei: Institui em Aracaju, no dia 20 de fevereiro de cada ano, o Dia Municipal para rememorar...”. A segunda opção: “Faço saber que a Câmara de Vereadores de Aracaju aprovou e sancionou a seguinte Lei: fica instituído em Aracaju dia 20 de fevereiro de cada ano” mesma coisa. A segunda: “Declarar...” e aí eu faço apelo ao nosso companheiro vereador que está ali, Camilo, que converse com o Deputado Federal, seu pai, para, por sugestão da Câmara de Vereadores, através de uma indicação dos vereadores daqui, declarar o prédio da Leste e a Praça dos Expedicionários de Aracaju como Patrimônio Histórico de Aracaju. Justificativa: isso é para honrar os sergipanos que nesses locais resistiram a ditadura de 64, bem como aqueles que deram suas vidas lutando na Itália contra o fascismo durante a Segunda Guerra Mundial. Terceiro: Devolver o mandato do vereador Manuel Vicente, que o projeto já está aí e eu vou localizar um dos familiares para vir aqui receber. Quarto... Essa é interessante.

Em 1961, com a renúncia de Eugênio Quadro, que os militares tentaram antecipar o golpe de 64 em 61, impedindo a posse do vice-presidente João Goulart, que assumisse. Houve uma grande manifestação nesse país, e por essas grandes manifestações, lideradas, comandadas por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. E aqui em Sergipe, o prefeito José Conrado de Araújo colocou em uma das rádios aqui em Sergipe, em cadeia com o que chamava cadeia de rádio da legalidade, e enfrentou tentativa de violência pelo comandante do quartel do 28º, que ameaçou descer e vir prender ele para tirar a rádio do ar. E ele, que não era de esquerda, era um político como outro qualquer na época, teve a coragem de pegar o microfone da rádio e, pela primeira vez, o Brasil ouviu a voz do sergipano pela rádio de Sergipe falando para o Brasil. E no pronunciamento dele, ele reafirmou o compromisso dele com a legalidade, com a defesa da liberdade e da democracia e garantir a posse do vice-presidente eleito que foi Conrado de Araújo. Teve o plebiscito e eu tenho a felicidade... Eu acho que nós temos a felicidade de ter dado o primeiro voto a favor da volta do presidencialismo, renegando o parlamentarismo. Foi o que ocorreu. Os vereadores da Câmara, não me pergunte, eu não quero citar os nomes, porque eu sei quem foi, fizeram um projeto para puxar o saco do prefeito Conrado. E deram e aprovaram, na Câmara de Vereadores, o projeto de cidadania aracajuana a Leonel Brizola e a João Goulart. Quando veio em 64,companheira Andréa, esses mesmos vereadores fizeram o projeto desfazendo os títulos de cidadania a João Goulart e a Brizola. E está aqui mais a última sugestão, vereadora, que é localizar esses projetos de cidadania que foram sendo aprovados e que foram anulados. Mas, em 1993, o vereador Sérgio Bezerra, futucando os arquivos da Câmara, localizou esses dois projetos e colocou em dia o título de cidadania. E é preciso que esta Câmara entre com o requerimento para entregar esses títulos de cidadania. Não a João Goulart que já está lá, não a Brizola que já está lá, mas Brizola tem um neto que foi vereador e não sei se continua sendo vereador no Rio de Janeiro; mas tem o filho de João Goulart, que mora em Brasília e administra o Instituto João Goulart, que pode vir aqui receber esse título. Já conversei e já expliquei a importância que tem a entrega desse título ao filho de João Goulart e ao filho de Brizola. Encerrando, eu só vou repetir a primeira coisa que eu disse aqui quando cheguei. Ainda estou aqui e tenho certeza que

todos nós estamos aqui, prontos para que se os militares, de novo, tentarem implantar nesse país uma ditadura, a gente ir para a rua, ir para as praças, ir para os bairros e, se preciso for, ir até para as matas, enfrentar os militares e impedir uma ditadura no Brasil. Chega! Basta! Não dá mais para a gente aguentar. Ditadura nunca mais.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, Marcélio. Eu quero agradecer a presença do nosso companheiro aqui, vereador Elber Batalha. Também, antes de passar a palavra, eu quero registrar a presença também do senhor Ramon Andrade, dirigente do PSOL Municipal. De Chico Buchinho, nosso companheiro, ex-vereador por Aracaju. Muito bom, Chico Buchinho, te ver aqui. E dirigente do PT. Quero aqui fazer o registro – vou fazendo aos poucos – de André Rocha de Miranda, Antônio do Amaral, Cristiane Pereira do Amaral, muito importante contar com as suas presenças. Professora Sandra Beiju, vice-presidente do SINDIPEMA. Rodrigo Silva Macedo, que trabalha na nossa assessoria. Nossas assessorias estão aqui, nossos assessores acompanhando. Rosângela Hermes. Maria Joanny, membro da Associação de Juristas Católicos. Edilson da Cruz. Fernando Sá, professor da Universidade Federal de Sergipe. Obrigada, Fernando. Delmira Brito, que é jornalista. Alana do Nascimento, representando aqui a Unidade Popular. Igor Fernando, presidente do Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional do Estado de Sergipe – SINDISCOSE. Janaína Rodrigues representando a Associação dos Docentes da UFS. Tiago de Melo, assessor parlamentar do vereador Iran Barbosa. Nossa querida Alexandrina Cruz, professora da Universidade Federal de Sergipe. Muito obrigada, Alê. Daniel Silva, membro do movimento Afronte. Mateus Soares, membro Juventude do Partido Comunista. Patrícia Seixas, secretária-geral do Sindipema, ela estava ali em cima. E nossas companheiras também do Sindipema que estão aqui, todo mundo aqui. Obrigada. Mauro, convidado também, Laíze Benevides. Elinoane Silva, membro do Movimento dos Trabalhadores por Direito. Elda Góes, nossa querida Elda, resistente professora, na luta sempre. Shirley Andrade, professora de direito da UFS, Lenimax Correia. Maria José Batista e Dilene Gouveia que são assessoras parlamentares do vereador Iran Barbosa, nossa querida Zezé. Edilene, Silas

Roberto, Joelina Menezes que está aqui também, Marcelo Augusto, Maria Barroso, e Katia Paim que é jornalista. Depois a gente vai falando mais, se a gente esquecer de algum nome, a gente vai, coloque aqui, por favor, para gente ir trabalhando. Agora, eu quero passar a palavra para professora Andréa Depieri que vai trazer alguns apontamentos do processo de construção da Comissão da Verdade, e também os desafios que estão postos a partir do trabalho da Comissão da Verdade, daquilo que nós não conseguimos ainda obter como resultado nem nacionalmente, nem aqui em Sergipe, mas a gente precisa avançar. Porque aquilo que nós não fizermos, a história já está nos cobrando e o preço será muito alto. Então, a gente precisa caminhar com esse processo da Comissão da Verdade para dar conhecimento. Então, professora, camarada, companheira de luta, Andréa Depieri, com você.

ANDRÉA DEPIERI – JURISTA E PROFESSORA DE DIREITO DA UFS

Obrigada. Boa tarde para todo mundo. Queria muito agradecer a honra de poder fazer parte dessa Mesa. Cumprimentar todos os familiares, todos aqueles que foram vítimas do arbítrio do estado brasileiro durante a ditadura militar e antes dela, porque... Acho que esse é um dado importante, a Operação Cajuíro é um evento local bastante representativo de um processo de perseguição dos opositores políticos que começam muito antes, inclusive da ditadura militar brasileira, lá nos anos 30, mas, especialmente, em Sergipe, a perseguição é bastante dura nos anos 50. Eu tive a oportunidade de ser membro da Comissão Estadual da Verdade que recebeu o nome de Paulo Barbosa de Araújo. Como o Marcélio acabou dizer, Paulo Barbosa é um dos jornalistas que conseguiu vazar, junto com o senhor Milton, a informação de que as pessoas estavam desaparecendo. E eu tenho uma convicção, hoje apoiada em documentos, de que, de fato, esse vazamento foi decisivo para que, a partir daí, a vida daqueles que estavam presos fossem preservadas, não é? Porque as prisões ocorreram sob uma legislação em que a incomunicabilidade e o sigilo eram legais, então, a partir daí, era bastante provável que as pessoas desaparecessem. O Anthony Pereira é um pesquisador da ditadura militar que vai dizer que no Brasil, quando os fatos eram judicializados, isso era uma garantia de vida. Porque uma vez que o inquérito estava formalizado e chegava na justiça, não era mais possível

desaparecer com as pessoas. Então, a denúncia para o jornal fez com que o inquérito se consolidasse e com o envio da documentação para 6ª Região Militar já para poder processar aqueles que haviam sido presos, as pessoas tiveram a sua vida preservada. A Comissão na Verdade aqui em Sergipe foi criada por um decreto do governador Jackson Barreto, que está aqui do meu lado. Eu agradeço também ao Antônio Bittencourt, que está aqui, ele era o secretário de direitos humanos na época. Foi ele quem foi me convidar para tomar parte da comissão e não sei nem porquê, mas naquele momento eu tinha um trabalho anterior com direitos humanos. E, particularmente, como professora... Eu sou professora de criminologia, eu já estudava sistemas repressivos, mas eu não tinha um conhecimento, digamos, suficiente de história para trabalhar na comissão. Então, eu fui aprendendo junto com os meus colegas e queria fazer uma citação a pessoa do Gilson Reis. O Gilson tinha uma experiência com relação aos arquivos e ele então conhecia o caminho, ou seja, ele conhecia o acervo DOPS, e, a partir do acervo DOPS, a gente pesquisou no arquivo nacional. Então, acervo DOPS, arquivo nacional, em uma base de dados então chamada “Memórias Reveladas” e Superior Tribunal Militar. Com base nisso, a gente conseguiu fazer um acervo documental, que hoje está no arquivo público do estado de Sergipe. Nós fizemos oitivas também. Eu tive a oportunidade de conhecer, não só as vítimas diretas da ditadura, mas também os seus filhos. O tempo da comissão foi um tempo em que bastante gente ia a comissão conversar, levar coisas, apresentar documentos e, claro, o relatório da Comissão da Verdade está no site da EDISE, ele não foi publicado. E as recomendações finais, mesmo como um pedido de desculpa que era esperado do governo do estado e a possibilidade das pessoas manusearem o relatório, que elas lessem o relatório, isso não se viabilizou. Mas o relatório existe no formato de e-doc, e a documentação que foi recolhida está no arquivo público. Nesse momento, a gente sabe porque fomos – eu fui, acho que o Marcélio também foi – chamados para prestar depoimento no Ministério Público Federal. Existe um inquérito civil sendo movimentado para que as medidas, principalmente aquelas relativas ao estabelecimento de uma política de memória no estado, para que aquelas recomendações da comissão possam ser colocadas em movimento pelo estado de Sergipe. É uma fase de inquérito civil, mas a procuradora me disse

que se o estado de Sergipe não responder, ela tende a promover uma ação para garantir uma política de memória para o estado de Sergipe. Então, a gente deu alguns passos. O relatório, claro, ele selecionou algumas histórias, ele obviamente não é completo, obviamente omitiu algumas coisas, não intencionalmente, mas em função mesmo da condição de trabalho. E as pessoas falam assim: "A é Comissão da Verdade, não é?". A Comissão da Verdade funcionou como um grupo de pesquisa, basicamente, mas com um período muito longo, porque a comissão deveria trabalhar com as graves violações de direitos humanos que envolvessem sergipanos ou tivessem acontecido em Sergipe de 46 a 88. Um período muito grande. Quando eu é fui trabalhar na comissão, eu não sabia o porquê desse período tão grande. Sabia que era o período interregno entre as duas constituições democráticas, era uma marcação normativa, eu sabia disso, mas tem algo a mais aí e isso se relaciona com a Operação Cajueiro. Eu queria rapidamente falar sobre isso. A Operação Cajueiro é um ato de arbítrio do estado brasileiro que não está isolado. Como o Marcélio disse, a partir de 75, há uma sequência de operações, de quebra de gráfica, de prisão, de execução, que é uma limpa final, digamos assim, nos quadros do Partido Comunista. E não fazia muito sentido para mim, antes de olhar para a documentação e parar para estudar isso, por que essa Operação Cajueiro tão grave tinha acontecido em 1976? Sabe? No meu registro de quem não tinha se aproximado ainda da matéria, parecia-me tardio, porque já havia sido anunciado um processo de distensão. Então, porque essa repressão brutal em 76? E a resposta é porque os membros antigos do Partido Comunista vinham sendo eleitos. Então, o próprio Jackson Barreto aqui, que era um quadro anterior do Partido Comunista, tinha sido eleito deputado estadual em 74. Então, a leitura correta da Operação Cajueiro, da Carajé e das outras operações que aconteceram já tardiamente, nos idos de 1975 e 1976. Tardiamente por quê? Porque aqueles que entraram na luta armada, o movimento do Estado de execução e de finalização, digamos, dos grupos que estavam na luta armada, aconteceu em 1972 e 1973. Em 1974, já tem alguma movimentação com relação à distensão. E, justamente, a grande preocupação da ditadura militar era conseguir ter o controle total do processo de transição. Isso está caracterizado no processo de anistia, que foi essa anistia ampla e geral, não foi restrita, porque quem já tinha

sido condenado, não foi anistiado, quer dizer, continuou condenado. Mas depois, em 1977, com uma legislação que colocou senadores biônicos, por que? Porque eles perderiam o Senado. Então, todo o tempo vão ser feitos esforços para que o processo de transição seja um processo sob controle de quem estava no governo e a Operação Cajuero ocorre nesse contexto. O Partido Comunista já vem sendo, de longe, criminalizado. E esse tempo histórico para o qual a comissão teve que olhar, permitiu entender que o Partido Comunista, em 1946, faz uma grande bancada, ele elege vários membros. E, em 1947, por uma decisão judicial, o Partido Comunista é tornado ilegal. E, a partir daí, toda a repressão ao Partido Comunista se dá com base nas leis de segurança nacional, mas é sempre o mesmo artigo que vai sendo reeditado, que é o crime de subversão. Esse crime diz assim: "participar, tomar parte, tentar organizar, de qualquer maneira, um partido tornado ilegal". Então, o primeiro mecanismo é esse, um partido ou grupo tornado ilegal. Essa é uma norma penal sem um conteúdo específico, ela não fala do Partido Comunista, mas ela cria um mecanismo aberto que faz com que, a partir de uma definição prévia do que é ilegal, todo mundo que estivesse naquela condição se torna automaticamente alguém que pratica crime de subversão. Isso aparece um pouco no processo da Operação Cajuero, mas, por exemplo, nos processos dos anos 1950, a prova do crime é sempre rifa, por exemplo. Se alguém fez rifa ou vendeu jornalzinho, juntava lá nos autos do processo uma rifa, uma rifa da festa do Partido Comunista, ou vendeu o jornal, ou prestação de contas, essa era a prova do crime, e esse crime era considerado um crime muito grave. Então, a partir daí, a criminalização, nessa chave do crime de subversão, por pertencer a partido tornado ilegal, ela passa a ser utilizada como uma estratégia de controle da dissidência. E uma coisa importante que eu acho que vale a pena a gente retomar, é que essa perseguição ao Partido Comunista está diretamente ligada à Guerra Fria. Então, o que acontece fora nos atinge e, junto a Guerra Fria, a gente introduz algo que é muito preocupante até os nossos dias, que é a ideologia de segurança nacional. Segundo a ideologia de segurança nacional, uma ideologia que começa a ser gestada na Guerra da Argélia ainda, os exércitos nacionais não defendem mais a fronteira e combatem o inimigo externo, os exércitos nacionais passam a ter por missão combater inimigos internos. Ou seja, a ideologia de segurança nacional é uma

chave para que as forças armadas possam garantir uma autorização para perseguir os seus co-cidadãos. Então, a ideologia de segurança nacional ainda opera. Ela opera, por exemplo, na dinâmica da guerra às drogas, ela opera ainda como um pano de fundo para uma série de ações arbitrárias que veem no outro o inimigo, e isso é introduzido nesse contexto. Então, o Partido Comunista passa a ser caracterizado como partido inimigo, mesmo que o Partido Comunista tenha assinado documentos dizendo que iria jogar o jogo democrático, que estava comprometido em não subverter a ordem. Ou seja, o Partido Comunista faz vários acenos para a democracia, não se junta a luta armada, recua e, ainda assim, os membros do Partido Comunista não só vão ser perseguidos, mas há no senso comum uma ideia de que o comunismo é perigoso. Tem uma máxima que a gente usa muito em criminologia, que é uma máxima do construtivismo social, que diz assim: os fatos podem não ser reais, se tratados como reais, reais serão as suas consequências. Então, o Brasil nunca esteve sob ameaça de tomada de poder comunista, mas, na hora que se constrói isso socialmente, isso vai legitimar e gerar uma série de consequências e de perseguições que tendem a se legitimar a partir de uma crença falsa de que o Partido Comunista, naquele momento, representava um perigo. Então, a Operação Cajueiro se ergue exatamente nesse lugar. Ela é uma operação que tem por objetivo tirar de circulação mesmo quem eles acreditavam que ainda fosse membro ativo do Partido Comunista e que pudesse estar se infiltrando através do MDB para ganhar eleições e participar do pleito eleitoral. Algumas coisas a gente precisa dizer, não só o Partido Comunista foi tornado ilegal em 1947, mas o Ato Institucional nº 2 estabeleceu o bipartidarismo. Então, não havia como as pessoas participarem da vida política senão através da Arena, que era o partido governista, digamos assim, ou do MDB, que era um partido de oposição em termos, dentro daquilo que podia ser feito. Então, óbvio, se alguém quisesse participar da vida política e não fosse alinhado ao governo central, teria que ser através do MDB. Então, para avançar um pouco. Vejam, o processo da Operação Cajueiro é todo baseado nessa tentativa de cassação do Partido Comunista. Algumas surpresas que a gente descobriu, por exemplo, olhando os autos. No relatório da autoridade policial, do inquérito policial... Algumas descobertas, a primeira é que o inquérito policial é todo muito bem feitinho do ponto de vista técnico-

jurídico, sempre tem um escrivão *ad hoc* nomeado para tomar depoimento, tem dia, tem hora. Então, são atos formalmente impecáveis, mas simulados. É tudo uma simulação. O acervo do SNI que a comissão encontrou comprova que havia interrogatórios paralelos que aconteciam de madrugada. No relatório da comissão, a gente colocou um retrato de um desses interrogatórios, que começou às 23 h e acabou às 3 h da manhã. E esses interrogatórios noturnos eram também digitados, só que essa documentação não ia para os autos, ela ficava no arquivo secreto. No arquivo do SNI. A Operação Cajueiro faz com que a gente tenha que pensar como é que se fabricam autos na justiça. Então, nem tudo que está arrumado no processo corresponde, de fato, a um devido processo legal e isso é bem claro na documentação da Operação Cajueiro. Outra coisa é que no relatório final da autoridade policial aparecem várias informações, por exemplo, do que o Marcélio teria feito quando ele estava em Moscou. Que isso tem a ver com o que foi apurado ou o que foi recolhido? Nada. Aquilo aparece no relatório final da autoridade policial vindo de lugar nenhum, para fazer uma caracterização da ligação entre o Partido Comunista em Sergipe e o Movimento Comunista Internacional. Ainda que assim a organização fosse quase nenhuma do Partido Comunista naquele lugar. Então, eles criam um factoide ali. Outra coisa importante do processo-crime da Operação Cajueiro é justamente que, nesse processo, o estado brasileiro reconhece que houve prática de tortura. Então, há o reconhecimento no ato de absolvição pelo Superior Tribunal Militar, o Estado brasileiro reconhece que os sergipanos vítimas da Operação Cajueiro, ainda que não tenham respondido processo, foram vítimas de tortura no 28º BC. Claro que isso não dá... Não há consequência para esse reconhecimento, como, aliás, costuma acontecer. Quantas vezes no processo criminal a gente obtém uma anulação porque houve tortura, mas não há, automaticamente, a responsabilização da autoridade coautora? Inclusive, nos habeas corpus, a gente eliminou a parte da responsabilização da autoridade coautora. Toda vez que alguém concede um habeas corpus, que o juiz concede um habeas corpus, ele reconhece que teve abuso e a autoridade nunca é punida. Então, o processo da Operação Cajueiro ele é muito característico dessa movimentação de perseguição contínua ao PCB. Eu queria finalizar dizendo que a gente não chega na Operação Cajueiro de uma vez só, as coisas vão acontecendo aos poucos. Um dia um partido fica

illegal, no outro dia é autorizada a incomunicabilidade de preso, no outro dia... Entendem? A ordem não é necessariamente subvertida ou solapada de uma vez. E é possível, se a gente pega o histórico da repressão em 52, que a repressão também aconteça em uma democracia eleitoral. Ou seja, a gente pode continuar votando e, ainda assim, ter um funcionamento muito arbitrário das forças de repressão. Claro que durante a ditadura militar, a gente tem vítimas que não são as vítimas usuais do sistema de justiça criminal, e isso faz com que o uso da força, o uso é indiscriminado da força pelo Estado, que a gente jogue uma luz sobre isso. Mas, o Estado opera assim também contra presos comuns. Nós temos muitos desafios, inclusive a naturalização do uso da força, inclusive uma nova lógica em que parece que a única alternativa para a resolução dos nossos problemas é a pena, é a utilização de força. E, obviamente, não vai funcionar assim, porque a utilização de força vai ser direcionada para aqueles que forem considerados inimigos em um determinado contexto e isso é preocupante. Então, eu acho muito importante que a gente esteja aqui. No dia 20 do ano passado teve uma sessão aqui, que foi quando o comitê foi inaugurado. Acho muito importante que a gente tenha um dia, por exemplo, para pensar repressão política, para repensar a importância de manutenção da democracia, e não é qualquer democracia. Democracia não é só a vontade da maioria que, por exemplo, pode definir que quer eliminar a minoria. Essa versão agora em moda de uma democracia iliberal é bastante problemática. Então, a gente precisa rememorar alguns fatos, e acho que rememorar fatos que estão documentados. E acho que a operação Cajueiro tem essa pegada, sabe? A gente tem sobreviventes que podem falar sobre. A gente tem o registro, por exemplo, o seu Milton mesmo, que ficou cego na Operação Cajueiro, ele não está mais entre nós, mas a gente tem o registro do seu Milton para a Comissão da Verdade. E eu acho que isso funciona como um sinal de alerta de que a gente não deve tolerar pequenas inversões de ordem, ou o uso da força justificado. “Ah, mas o inimigo é o outro.”, “O inimigo é o traficante.”, porque a lógica que a gente herda da doutrina de segurança nacional é absolutamente perigosa para todos nós. Obrigada.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, Andréa. Quero fazer o registro aqui da nossa companheira Isa Jaqueline Barros. Que também é uma pessoa que atua na Frente Nacional pelo Desencarceramento e está aqui representando também a mandata da nossa deputada estadual pelo PSOL, Linda Brasil. Obrigada Isa. Vou passar aqui para Marcélio, porque ele quer fazer aqui um registro importante também. Em seguida, continuaremos aqui na Mesa e passaremos para o plenário.

MARCÉLIO BONFIM – FUNDADOR DO COMITÊ MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM SERGIPE

Vocês me desculpem, mas eu estou aqui olhando para o neto do expedicionário que dedicou, que colocou a sua vida lá na Itália. Que ele foi expedicionário e saiu daqui para ir à Itália criar as condições para devolver também aos sergipanos e aos brasileiros, mas a toda humanidade, a liberdade e a democracia, derrotando o fascismo e o nazismo lá na Itália, que é o companheiro Pedro Hilário, ferroviário, preso em 52, preso em 64 comigo e preso na Operação Cajueiro. Por isso, de novo, uma salva de palma para o companheiro Pedro Hilário, para que o seu neto possa transmitir a ele as homenagens que nós estamos prestando pelos relevantes serviços, pela coragem e pela determinação que ele teve de, aqui no Brasil, aqui em Aracaju, lutar pela liberdade, pela democracia, pela construção de uma sociedade justa, livre, igualitária, democrática e, acima de tudo, uma sociedade socialista. Meus parabéns a você, companheiro.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Marcélio. Nós agora vamos dar continuidade com um tempo um pouco menor porque é até às 17h00. Nós temos que respeitar os horários dos trabalhadores aqui na Câmara, não é? Então, a gente vai tentando aqui nos organizar. Eu vou passar agora a palavra para a professora e ex-deputada estadual Ana Lúcia, para ela fazer uso da palavra.

PROFESSORA ANA LÚCIA VIEIRA – EX-DEPUTADA ESTADUAL

Primeiro, boa tarde a todos os companheiros, camaradas. Agradecer a companheira Sonia Meire pelo convite e por estar aqui na mesa também. Colocar a importância de registrarmos esse momento, e aqui, quando o

Marcélio falava e citava os nomes, eu lembrava com o Dudu o seguinte, por exemplo, o movimento os professores do final da década de 70, início de 80 e quando ele tem aquele seu auge de muita luta, o que nós tínhamos... Aí eu quero homenagear aqui a companheira Marlene que manteve o Partido Comunista, e que nos orientavam muito também, porque ela fazia as críticas para a gente corrigir o que nós não estávamos seguindo corretamente no campo da esquerda. Quero aqui registrar, por exemplo, várias companheiras que eram irmãs ou parentes de comunistas que foram torturados e que não tiveram a mesma oportunidade, porque a ditadura leva a isso: fazer com que os familiares sejam solidários, sofram, mas passam a ter limites, porque os familiares mais novos ficam um pouco prejudicados nesse sentido por conta do medo. Toda ditadura tem uma pedagogia do medo fortíssima, que permeia e mantém, como é o caso do Brasil até hoje. E os instrumentos de tortura hoje são usados contra... Sempre foram usados, foram acentuados e usados agora contra os pobres, os negros, a juventude da periferia, são os mesmos mecanismos de tortura e morte. Então, eu aproveito aqui para parabenizar, dizer, Marcélio, o professor Fernando Sá saiu, que nós estamos na luta... Primeiro registrar que a memória do companheiro Góes nunca será apagada, é um grande quadro e o Partido dos Trabalhadores... Eu, como vice-presidente do partido, sempre tenho cuidado de, em qualquer espaço, retomar a história. Inclusive em 2022, companheira Elda, que esteve aqui a companheira Neide Pascoeni, foi a primeira tesoureira, Marcélio com Goezinho, todo o papel, a gente tenta manter essa memória, sim. E é um grande companheiro, inclusive um grande intelectual. Dito isso, eu aproveito para registrar o seguinte, que a Comissão de Justiça da Verdade, e o nosso ex-governador Jackson está aqui para testemunhar, quem provocou na Assembleia Legislativa foi um requerimento de nossa autoria. Foi isso Jackson? Provocado por Marcélio Bonfim, pelo professor Fernando Sá, eu deveria fazer isso porque precisava dessa comissão. E eu chateei um bocado Jackson. Marcélio, às vezes, ficava com raiva de mim, porque eu não conseguia resposta e eu sem poder dar um carão professoral em Jackson, e não chegava a resposta. Demorou a sair esse decreto, mas saiu. Inclusive quando o Jackson definiu constituir, que não deve ter fácil, porque é um governo amplo, então tinha pressão para não sair, quando constituiu a comissão, ele ligou para mim. E aí, Jackson, você não

estava com raiva, me chamou de Aninha, quando ele ficava com raiva, me chamava de Ana Lúcia. “Aninha, pode colocar no plenário, já estou assinando o decreto. Pode divulgar, vai ser constituído e vai ser o professor Josué que vai presidir a comissão.”. Então, foi muito importante, e quero dizer que os cassados, não só o deputado Armando Domingues, foram restituídos os mandatos. Foram atos que Marcélio testemunhou e outros aqui presentes, a companheira Alexandrina, Fernando Sá foram atos bonitos, O mandato de Seixas Dória foi restituído, eu restituí do comunista de 47 e restituí dos cassados em 64. Porque que eu estou levantando isso? Eu até vou reclamar na Assembleia, porque se você adentrar no site da Assembleia tem a Resolução nº 5, que é essa resolução dos deputados, e tem de Armando Domingos, mas os de Cleto Maia, os que foram de 64 não têm, aí tem de Rosendo Ribeiro, que já foi depois e que eu não participei disso. Foi muita tensão, porque eu disse que só ia restituir os mandatos daqueles que foram ideologicamente caçados pela ditadura, porque os outros têm outras justificativas. Enfim, fica assim aqui esse registro. E o último registro, que para mim vai ser um desafio, porque eu acho que eu não vou conseguir cumprir diante da gravidade da minha doença, é que a memória política de Mário Jorge está silenciada. Aqui eu agradeço a historiadora, estudante, que está terminando o mestrado e a tese dela é sobre a memória política de Jorge, porque ele é muito conhecido como poeta na literatura. Inclusive eu já avisei a Wellington, a Gama, a todo pessoal, eu acho que eu mandei pra Jackson também, que foi lançado em dezembro uma antologia poética dos poetas comunistas socialistas que lutaram e foram perseguidos pela ditadura, e de Sergipe o único poeta que está no livro é o nosso companheiro Mário Jorge. Mas a parte política há um silenciamento, e a Maria Vitória, que está aqui presente, historiadora, ela está fazendo a tese de mestrado com muita dificuldade. Entrevistou o Wellington, acho que já entrevistou o Gama, vai entrevistar Chico Varela. Ao ponto que o decreto de anistia dele sumiu. Se você adentrar no Ministério de Direitos Humanos, não tem o decreto dele, não é? E é uma situação muito séria essa e difícil. Minha mãe, onde estiver, deve estar muito insatisfeita, que é muito estranho e difícil da gente reconstituir, mas a tese vai ajudar e, com certeza... Eu acho que esse é um espaço importantíssimo, e devemos ter outros espaços. Eu falei agora com o

Fernando, porque, Marcélio, o que eu disse na universidade, eu continuo negociando com o nosso senador Rogério Carvalho. Ele concorda, ele vai colocar uma emenda para que, em Aracaju, nós tenhamos os lugares de memória, os espaços de memória. E a minha interlocução é com o professor Fernando Sá para que a gente se dê através de ações da universidade, de pesquisa ou de extensão, e também já dialogando no sentido de marcar os espaços, como aqui no Cine Teatro Rio Branco, o prédio da antiga ferroviária, a Faculdade de Direito, são espaços de memória, mas o Fernando também está com projeto para a gente dialogar na próxima semana com Rogério, que essa semana ele não vem, de um prédio mesmo. Que tenha os espaços, as placas, mas que a gente possa ter um prédio que resgate toda a memória das lutas e tudo mais, e da história de cada um, de cada momento desse país. Pois não? Ah, sim. Você acha que eu vou esquecer o Cotinguiba, diga-me? Com certeza. Inclusive porque na Operação Cajueiro, de madrugada que o Wellington Mangueira foi preso ali na porta do Cotinguiba. Grita, dona Ione escuta seus gritos. Porque, na verdade, ali na região de São José virou uma região dos comunistas, não foi Wellington? Essa geração toda. Então, dona Ione escuta, vai avisar a sua família. Logo, logo nós já estávamos sabendo porque era uma distância de 300, 400 metros lá para casa. Se você não grita e dona Ione não avisa a sua família, era ali que eles iam dar sumiço a sua vida. Não adianta, na disputa de esquerda, a gente dar outras interpretações e manipular as interpretações. Eu mesmo venho sofrendo com isso, o livro do professor Afonso, no último capítulo ele resgata, mas os dois capítulos que tem sobre a minha pessoa como militante e como parlamentar é horrível, porque ele fez a partir do depoimento de Jorge Carvalho, que Alexandrina está aqui para testemunhar, que tem uma divergência política, ideológica, de história da educação e de pedagogia profunda, a vida inteira comigo. Disse que eu sou uma pequena burguesa, dá entender que eu era dotada por um homem rico, que tinha prestígio e meus pais não tinham essa condição financeira. Por isso que eu não tive convivência com Jorge, imagine. Em todos os momentos, inclusive quando ele passou, não é, Alexandrina? A fazer as farras dele, a puxar o fumo dele, a ficar nu na piscina da Associação Atlética. Porque eu acho que isso daí foram razões, eu sei, porque estudo bastante, que o comunista ortodoxo não aceitava esse comportamento de Jorginho, mas Jorge foi isso.

Foi uma pessoa extremamente humana, inteligente, lindo, carismático... Sim, lá em São Paulo, porque quando ele... Ele ficou com o Marighella, depois ele resolve ficar com os artistas, com quem ele quis lá em São Paulo e no Rio. Morreu com 26 anos, viveu intensamente e deixou uma marca profunda na literatura de Sergipe. É o primeiro poeta concretista de Sergipe. E não adianta Sergipe querer negar a sua memória, porque está aí, a história está registrando. E vamos resistir, vamos lutar e vamos fazer grandes manifestações antes do dia 16 de março, o nosso dia, 8 de março, homens e mulheres nas ruas resistindo, porque nós não podemos retroagir e entregar esse país novamente aos fascistas. Fascismo não é brincadeira e ele se manifesta de várias formas. Vamos à luta, com certeza. Eu não sei se vou poder ir.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Professor Dudu, pois não?

PROFESSOR DUDU – DIRETOR ESTADUAL DA CUT/SE

Sonia Meire, eu sou mais disciplinado do que Ana Lúcia. Quero agradecer ao convite, Sonia Meire, a você e ao companheiro Marcélio Bonfim e dizer que sei porque fui convidado. Fui convidado porque a CUT sempre respeitou essa vanguarda revolucionária que resistiu a ditadura, pagou com a tortura, alguns pagaram com a vida. Por isso que a CUT está aqui convidada. Em vez de uma fala, eu prefiro ouvir os atores da resistência, mas vou fazer um convite. Dia 27 fevereiro, agora às 09 h, a CUT vai fazer uma plenária com o movimento social e o movimento sindical para construir um calendário de atividades alusivos, exatamente, aos 61 anos do golpe militar. Marcélio Bonfim, Wellington Mangueira já passaram lá pela CUT. Todo ano a gente faz uma palestra e faz um ato no calçadão, peça de teatro, vai dar tempo de construir. Eu vou trazer um nome de fora para interagir com a vanguarda aqui de Sergipe. Eu tinha alguns nomes em mente, mas já tiramos dois, um era o filho de Marighella, Carlinhos Marighella. Até porque ele já teve, a convite da CUT... E a Ana Lúcia foi quem abriu espaço lá na escola do legislativo e fizemos um grande ato com o filho de Marighella. Inclusive ele disse que tinha vida frequente aqui em Aracaju como advogado, quando ele foi demitido da Petrobras. Ele conseguiu voltar depois de duas décadas. Ele vinha à Aracaju

para fazer defesa dos clientes do escritório que ele trabalhava em Salvador e, na volta, ele passava em Estância para comprar jaca e comer beiju. Esse é Carlinhos Marighella. Gilney Viana também estava na lista, mas ele também já veio, não foi, Ana Lúcia? Ele esteve aqui durante o Governo de Marcelo Deda. Aí sobrou Paulo Vannuchi, mas ele está com alguns problemas por causa da idade, não está querendo viajar. Então, sobrou Nilmário Miranda e Zé Genoino. Nós estamos vendo, mas ele disse que talvez venha. Eu quero confirmar até o final desse mês. Sobre Nilmário Miranda, eu queria fazer um registro aqui pouco conhecido. Na cidade de Estância, um filho de um operário de uma lavadeira de roupa chamado Zé Carlos dos Santos, ele tombou em São Paulo, ele era da Vanguarda de Palmares, e era o nome desconhecido. Nilmário Miranda quando foi da comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, ele ligou para mim, a partir do contato que o PT deu para ele, para localizar e eu consegui localizar. O pai dele já tinha morrido, mas o primo dele era vivo ainda e era militante do PSD, o companheiro Pé na Cova, inclusive já faleceu. E ele queria indenizar a família, aquele projeto que surgiu no Governo de Fernando Henrique, R\$ 100 mil reais para indenizar a família, que ele foi considerado assassinado pela ditadura e a família não quis receber. Veja, dr. Wellington, o fantasma da ditadura, o tio dele disse que não queria receber e não queria saber do assunto. E muito pobre, viu? Um operário assalariado. “Não quero saber desse assunto. O Senhor é muito gente boa, amigo do meu filho, mas eu não quero que você venha mais aqui.”. É isso. Vamos ouvir agora os nossos.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada e muito utilizada nessa quadra histórica que nós estamos vivendo. Continua o horror, o medo.

PROFESSORA ANA LÚCIA VIEIRA – EX-DEPUTADA ESTADUAL

Lembrando que outro comunista seríssimo, professor da rede, é o professor Walter Ribeiro, que também tem uma militância apagada. Precisa-se resgatar a contribuição de Walter Ribeiro, que viveu, inclusive muito tempo na clandestinidade, para não morrer. Foi torturado em Brasília.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Eu quero agora agradecer. Jackson Barreto disse que não vai fazer uso da palavra, que quer mais ouvir. Eu quero agora passar a palavra para que vocês possam, quem está aqui hoje, quem viveu esse período, se quiser fazer uso da palavra, vir à tribuna ou no microfone, onde vocês quiserem, para poder se pronunciar. Uns três, quatro minutos, eu acho que é tranquilo para a gente. Nós queremos ouvi-los. Pode vir, meu querido, fazer uso. Quem quiser... Se você quiser também, pode levantar o microfone. Pois não, Carlos Alberto.

CARLOS ALBERTO MENEZES – PRESIDENTE DO PSOL MUNICIPAL

É bom registrar que, apesar da proximidade dos 80 anos, o Jackson Barreto não está tão velho assim, a ponto de ter desistido de se pronunciar. Ele também, como Marcélio Bonfim, como Wellington Mangueira, como Milton Alves e como tantos outros que aqui estão nesta Sessão de hoje, foram agentes e personagens centrais e decisivos na luta contra a ditadura militar, que se estendeu de 64 até 85 neste país e que teve reflexos duros, severos e pesados entre nós. Quando eu cheguei aqui hoje à tarde, eu cheguei aqui a convite da vereadora Sonia, do Marcelo Bonfim e do presidente da Casa que é o Ricardo Vasconcelos, eu disse: “Não, eu vou estar lá.” e vim. E quando eu entrei ali por aquela porta, eu me encontrei com a vereadora que deu causa à instauração desta Sessão, e disse a ela o seguinte: “Olha, a senhora está de parabéns”. Ela disse: “Por que?”. Eu disse: “Porque você abriu delicadamente a porta da Casa para que, pela porta desta casa, entrasse a história.”. E a história está aqui hoje, representada por esses agentes centrais e decisivos. Isso do ponto de vista físico, do ponto de vista material. Do ponto de vista epistemológico, do acontecimento dessa história toda, a história apareceu aqui pelos relatos consistentes, interessantíssimos, brilhantes e originais, que, por exemplo, em primeiro lugar, foi feito pela professora Andréa Depieri. Minha colega do Departamento de Direito, uma colega com tanta honra, teu gosto tanto dela e eu sei que ela também gosta de mim, a Andréa Depieri. O relato também originalíssimo e a moda dele, no jeito dele, segundo o método dele, que foi articulado pelo Marcélio Bonfim. Marcélio Bonfim mostrou aqui que é uma fonte riquíssima e generosa para a história local, está certo? Eu desconhecia, particularmente, apesar de ser um militante da política, mas não no partido dele, que era o Partido Comunista Brasileiro. Eu era um democrata

que lutava contra a ditadura militar, desde a adolescência, até chegar ali, naquele ponto da Operação Cajueiro, que eu ainda estava na faculdade de Direito. Eu estava no último ano do curso de Direito, eu era um estudante de Direito, ao lado, por exemplo, de Elias Pinho de Oliveira, ao lado da turma da economia, por exemplo, Josué Passos, por exemplo, Antônio Góes. Ao lado daquela gente, a gente era da Universidade. Ao lado de Milton, que também era contemporâneo daquela época. Milton é um herói, cara. Você teve um papel aqui naquele episódio, naquela ocasião, que, muito certamente, Milton, a comunidade não sabe como deveria saber. Os que estiveram próximos daquele episódio, daquele fato, daquele contexto, daquela conjuntura, sabem do seu papel. Eu ouvi muito sobre o seu papel naquela ocasião. Contado pelo Mangueira, contado pelo Marcélío, contado pelo Jaques e por outros. Um papel decisivo, cara. Eu vi aqui a revelação que eu já tinha ouvido antes feita pela professora Andréa Depieri, no sentido do que os caras queriam. Os caras são os caras de lá de Brasília mesmo, a turma de farda, essa história toda. Eles queriam massacrar o projeto de refundação ou de revitalização ou de recuperação de um relacionamento qualquer do partido comunista brasileiro, queriam isso, está certo? A professora tem lá a teoria dela, o fundamento dela, a explicação dela, essa história toda, que tem sentido, que tem muito sentido. Eu, particularmente, vi, quando fui preso naquele dia, na tarde do dia 20 de fevereiro de 1976, aproximadamente às 17 horas e 30 minutos, debaixo da marquise do Banco do Nordeste, por onde eu passava e me dirigia para o Cacique para ter um encontro com o Luciano Oliveira, depois professor de lá da Universidade Federal de Pernambuco, com doutorado lá na França e tal, essa história toda, cuja tese de doutorado, a primeira página dela, dessa tese, é exatamente uma referência à Operação Cajueiro. A primeira página da tese de Luciano Oliveira, lá na França, em Paris, na Sorbonne. Primeira página. Ele fala sobre o problema das torturas na América Latina, essa história toda. E o ponto de partida, o gancho, o gatilho é exatamente uma referência direta à Operação Cajueiro. Ele dizendo: "Olha, eu estava esperando o Carlos Alberto Menezes, lá no Cacique, a gente ia tomar uma cerveja.". A gente tinha 20, 21 anos de idade naquela ocasião. Eu, além de baixo da marquise do Banco do Nordeste, era acompanhado por Bosco Mendonça. Quem é que não conhece o Bosco Mendonça aqui? Eu e Bosco Mendonça nos deslocávamos de lá, na

frente da Livraria Monteiro na Rua João Pessoa. Era umas 5:30h e a gente ia tomar uma cerveja ali no Cacique. Eu, Bosco, Luciano... O Cacique era uma casa de prazeres. Era uma casa de prazeres que ficava aqui onde as pessoas conversavam, trocavam ideia, iam tomar só cerveja, a sua carne do sol, essa coisa toda. Aquilo era uma maravilha naquela época. E a cerveja não saiu, apesar de ali, aquela sexta-feira, ser a sexta-feira que fosse inaugurar o carnaval. Aquilo era uma véspera de Carnaval. Pois bem, quando me pegaram, os carinhos, jogaram-me num Fusca, o carro daquela época era o Fusquinha, que estava na Rua de João Pessoa. Eu voltei de lá do Banco do Nordeste, entrei pela Rua de Laranjeiras e a direita, a gente foi para a Rua de João Pessoa e o Fusca estava na frente daquele bar. Tinha um carinha que tinha uma casa de negócios lá, esqueci o nome dele. E a gente foi, os caras que me prenderam disseram o seguinte: "Olha aconteceu um acidente, alguém morreu...". Alguém morreu e a descrição que foi feita do cara responsável pelo acidente automobilístico coincide exatamente com você, a polícia quer lhe ouvir. O pretexto maluco e idiota e foi exatamente esse. "Meu Deus, mas que polícia quer me ouvir?", eu perguntei e ele disse: "A Polícia Federal.". A Polícia Federal que estava na casa de Carlos Circo, na Rua de Campos. Ficava ali. Antes de chegar na Rua de Campos, o cara quebrou ali pela Barão do Maruim. Entrou na Barão de Maruim, a direita, e foi, e foi, e foi, e passei pela casa do meu pai, que ficava na época na Avenida de Desembargador Maynard, e o Fusca ia e dobrou na Rua de Bahia, à direita. Quando dobrou na Rua de Bahia à direita era, aproximadamente, 18 horas. Dezoito horas já. E o Fusca para debaixo de um pico de luz que estava num poste. Está certo? E o sujeito lá, um dos policiais, eram três, um motorista e mais dois. Um dos policiais abriu um papel, um documento e esse documento, Wellington Mangueira, nada mais nada menos era a ordem de prisão assinada pelo juiz e militar de lá da auditoria da Bahia. E aí é que entra aquilo que eu vou confirmar do que Marcelo disse, porque eu vi, eu li o mandado de prisão e o mandado de prisão fazia, Andréa Depieri, referência exatamente aquilo que você também falou, era fundamentado num dispositivo da Lei de Segurança Nacional de então. Ou seja, que vigia aqui no Brasil, que era vigente aqui no Brasil em 1976... Depois ela foi revogada, essa porcaria, foi revogada revogada em 1983. E aquela Lei de Segurança Nacional era uma peneira toda cheia de buracos, de furos, com

tipos penais absolutamente determinados, vazios, do tamanho do mundo, do tamanho da terra, do tamanho do planeta, que cabia tudo ali. Um desses dispositivos dizia que era considerado crime atividades do sentido de reativar partidos políticos proibidos, algo do tipo. Então eu vi isso, eu vi nesse mandado isso. Eu vi isso no mandado. De forma que aquela operação, Marcélio... Eu estou terminando, presidente. Aquela operação foi objetivamente, juridicamente falando e, assim, juridicamente falando, porque o jurídico na verdade da forma da decisão política, era uma operação contra o Partido Comunista Brasileiro. E ela vinha de longe, ela vinha de Herzog. Isso em 75, no final do ano de 75, outubro, novembro, que foi quando o Herzog foi assassinado. Ela vinha de janeiro de 76, um mês antes da nossa, quando o operário Manoel Fiel Filho foi assassinado também no DOPS lá em São Paulo. E aquilo subiu para o Nordeste, chegou aqui e atacou direto o Partido Comunista Brasileiro, entendeu? Aqui eu entro no BO da história, aqui eu rearticulo e com aquilo que disse Marcélio Bonfim. Marcélio Bonfim disse o seguinte: "Naquela operação que pegou 26, muitos foram presos, outros não". O Jackson não foi preso, porque ele era deputado, essa história toda, tal, tal, tal, por isso que ele não foi preso, se não seria também. Muitos foram presos, mas não foram indiciados. Outros não foram indiciados, mas foram presos. E ele disse, Marcélio, sete não foram indiciados, contudo, foram presos. Foram presos, torturados, esculhambados, sofreram para cacete lá com choque elétrico aqui, choque elétrico acolá, pancada, pressão psicológica. Porque tortura não é só tortura física, tortura é tortura psicológica também. Compreendeu como é que é? Resultado: entre os sete, a quem se referiu Marcelo, que embora presos, não responderam ao processo, eu estava no meio. Eu não era do Partido Comunista. Não era do Partido Comunista, eu fiquei preso oito dias apenas, e o que me liberou foram os depoimentos deles. Quando chegaram lá para perguntar para o Marcélio, para Rosaldo Alexandre, essa figura extrema e super expressiva que foi Rosaldo Alexandre, e perguntaram sobre mim... Eu acho que o Wellington Mangueira também, essa história toda. "Não, o Carlos Alberto nunca foi do Partido Comunista.". Eu não era do Partido Comunista, eu era próximo do Partido Comunista, é outra história. Esse cabra aqui era que me cantava lá, os dois Jackson, ele, Jackson Figueiredo. Jackson Figueiredo um dia me pegou na minha combe com um livro que era uma espécie de manual,

de orientação para quem quisesse ser comunista. Eu não queria ser, mas li aquele livro. Ele disse: "Cara, vamos entrar no Partido Comunista" e tal essa história toda. Na verdade, eu nunca quis. Eu era um democrata, eu era um jovem que sonhava em viver na atmosfera de um país livre, de um país democrático, está certo? Eu não era guiado como o Mangueira era, como o Marcélio era, como o Jackson já foi, hoje não é tanto mais, pela ideia de realizar a qualquer custo a igualdade, eu não era, está certo? Eu era um libertário, algo do tipo, mas estive lá na ponta de luta contra a ditadura militar dentro da universidade. Como eu, o Elias Pinho, por exemplo, o Elias Pinho não foi processado, foi preso. Foi por aí. Então, professora Sonia Meire, você está de parabéns por essa sessão, esta sessão repõe no lugar devido à imperiosa necessidade que, sobretudo, se põe no país neste momento, neste momento de recuperar valores. O Brasil está perdido, o Brasil está perdido. A nossa geração, aquela geração de 64 até 85 tinha uma causa, nós tivemos uma causa, e que nos realizou como seres humanos, realizou os homens como homens. Porque homem é aquele que resiste aos acontecimentos e não se submete a força dos acontecimentos, supera com sua luta, com sua coragem, com sua ousadia, mesmo enfrentando riscos, até mesmo inconscientes. Está certo? A força, às vezes, terrível, que é aquela associada à ideia de destino que está dentro dos acontecimentos. Existia isso, ou melhor, como é que é? Recuperar valores. Aqui teve propostas interessantíssimas. Como é possível? Como é possível? E eu pergunto para vocês, como é possível que esse trabalho, que pegou a benção do governo do estado, na época, que foi o Jackson, a instituição da Comissão da Verdade, que foi presidida brilhantemente com competência pela professora Andréa Depieri, está certo? Como é possível que esse trabalho não tenha sido publicado até hoje? Não é possível uma coisa dessas. Sabe por que não foi possível? Jackson tem culpa nisso aí, porque Jackson botou um vaqueiro para substituí-lo no governo do estado, está certo? Botou um vaqueiro, uma pessoa completamente insensível, sabe? Um vaqueiro. Quando eu digo um vaqueiro, na verdade, eu estou fazendo o uso de um termo que funciona por oposição a ideia de que ele não é um estadista. Que empresário, empresário, não é uma coisa sofisticada, é um "vaqueirão" mesmo, é um homem da roça, está certo? E o Jackson botou esse cabra no Governo. Não teve a sensibilidade mínima de publicar, teve medo,

frouxo, de mandar publicar esse negócio. Isso aí, professora, vereadora, isso aí é para ser publicado. Isso aí pode ser uma causa aqui de vocês da Câmara de Vereadores. Boa noite.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, Carlos Alberto. Eu acho que tudo que tem sido colocado aqui nós vamos depois resgatar ao final. Quero passar a palavra agora, eu vou priorizar as pessoas que viveram aquele momento e os familiares. Em seguida, eu passo para os mais jovens, está certo? Pode ser assim? Então, está inscrito o professor Bittencourt, ex-vereador de Aracaju. Venha, Bittencourt, venha para cá. Filho do ex-ferroviário, Antônio Bittencourt também.

PROFESSOR BITTENCOURT – EX-VEREADOR DE ARACAJU

Eu prometo que serei breve. Primeiro, eu queria parabenizar a Sonia Meire, parabenizar meu querido amigo Camilo pela realização dessa audiência. Eu acho que é algo fundamental resgatar essa história, reafirmar essa memória. Eu, quando estive aqui nesta Casa, fiz alguns movimentos dessa natureza e, sobretudo, nesse momento tão importante, que a gente precisa, cada vez mais, lembrar para não repetir. Era a máxima do livro que foi editado lá na editora Diário Oficial, quando eu trabalhava lá, que eu era editor da editora do Paulo Barbosa, chamado “Os Ícones do Terremoto”. Quem quiser conhecer um pouquinho, uma narrativa, um texto muito palatável, tenham acesso a esse livro, “Os ícones do terremoto”, Paulo Barbosa. Ele dizia que era importante contar para que não fosse repetido isso. Queria parabenizar também o meu querido ex-governador, e eu digo sempre que Jackson Barreto pagou minha escola primária no Educandário Jardim do Senhor. Portanto, um dos responsáveis pela minha formação é Jackson Barreto, que eu tive a honra e o privilégio de ser secretário de estado de direitos humanos, que tive a honra, o privilégio e a responsabilidade, e que marca profundamente a minha biografia, em dar andamento à implementação da Comissão da Verdade, que tive o privilégio de poder contar com a presença da professora Depieri e de outros nomes importantes. Queria saudar aqui Marcélio Bonfim, essa figura que, por si só, pela sua trajetória, pela sua fala, pelo seu posicionamento, é um marco importante da história, da memória e da resistência política em favor da democracia. Esse patrimônio tão vilipendiado, tão agredido, tão descuidado,

tão destratado nos dias atuais, mas que precisa de todos nós. É uma luta muito renhida em favor da sua permanência. Queria saudar a professora Ana Lúcia, essa figura emblemática do Parlamento e da história da mulher no Estado de Sergipe; professor Dudu, do Movimento Sindical. Saudar aqui todos, mas me permita, na plateia, saudar aqui essa figura que é o Wellington Mangueira e, a partir dele, saúdo a todos. Esse entusiasmadíssimo velho combatente e que, se a juventude, as novas gerações tivessem um pouquinho da sua ousadia, nós teríamos jovens muito irrequietos. Portanto, eu queria apenas registrar um aspecto aqui, já que é uma fala de memória. Eu me lembro, Jackson, muito perfeitamente, na manhã que meu pai foi sequestrado, eu morava na Vila Operária do Barro Industrial, meu pai era enfermeiro da Fábrica Confiança, e lembro-me muito bem de mim criança, chegou alguns homens, fui buscar meu pai, fez algumas perguntas que eu, criança, não entendia o que era aquilo, remexeram os livros de meu pai e eu, agarrado nas pernas de minha mãe, perguntando: "O que é que está havendo? Vai levar meu pai?". Uma criança chorando naquele momento, por aquele acontecimento que eu não tinha a menor ideia do que era. Sei que meu pai, vez por outra, por ele estar preso, vez por outra, por estar respondendo o processo, ele passava alguns dias fora de casa, e minha mãe dizia sempre que ele estava viajando na Bahia e eu gostava, porque eu dormia na cama de minha mãe. Veja a inocência da criança. Meu pai estava preso, meu pai estava sendo torturado, mas eu estava feliz por estar dormindo na cama com minha mãe quando meu pai estava ausente da minha casa. Portanto, eu queria aqui, em nome da família, agradecer esse espaço em nome do velho Bittencourt que completa 100 anos agora no dia 21 de maio. Velho Bittencourt, é dessas figuras que foi preso e torturado na década de 50, foi preso e torturado na década de 60, foi preso e torturado na década de 70, mas de um coração, de uma leveza, carregado de amor, carregado de solidariedade, um homem em favor, sobretudo, da fraternidade. Quem conheceu meu pai nos seus tempos físico e mentalmente áureo, sabe da leveza que era aquela figura que passou por uma trajetória tão dura. Aqui, vendo a professora, resgatar também um papel que é importante, vendo aqui a família do Carivaldo, resgatar um papel muito importante, Jackson: as mulheres desses homens cumpriram um papel extraordinário. Eu não consigo mensurar o sofrimento de minha mãe desde a década de 50 à

década de 70. Por ter um marido que se ausentava, que não sabia onde estava e que tinha que cuidar da família de cinco filhos. Eu nasci em 69, eu sou o último dos filhos, teve que cuidar de cinco filhos. Nem sempre a gente se lembra dessas mulheres, meu caro Marcelo Bonfim. Portanto, que essa também seja uma trajetória a ser perseguida, a gente se lembrar das mulheres, dos camaradas, dos companheiros que sofreram, que tombaram e que alguns deles nem voltaram para casa para cuidar da sua família. Eu queria apenas isso, parabenizar. Fico feliz em estar aqui e não tenho dúvida de que o velho Bittencourt está feliz, sabendo que eu estou aqui para representá-lo, e que essa semente que a gente, toda hora, vai lá e água um pouquinho, Ewerton, coloca um adubo, que ela sempre seja vicejada, porque ela é necessária, fundamental. Porque a gente está numa Casa, que esta Casa, como eu costumo dizer, é a Casa da diversidade, a Casa do pluralismo. Contradictoriamente, tem gente aqui que apoia o arbítrio, ditadura, mas esta Casa é, sobretudo, o triunfo da democracia. Os homens e as mulheres que aqui passaram, que aqui estiveram, aqui pelo menos dois ex-vereadores, Jackson Barreto, Marcélio Bonfim, eu, como ex-vereador, e mais dois outros vereadores aqui foram aqui resultado da democracia e nós não podemos vergar diante de qualquer luta contrária à democracia. Em favor da nossa vida, em favor da vida dos que estão e que dos que virão, em favor da vida dos que lutaram para que a gente estivesse aqui. Portanto, muito obrigado. Por favor, Jackson.

JACKSON BARRETO – EX-GOVERNADOR DE SERGIPE

Vou aproveitar esse aparte do professor Bittencourt, porque eu tive uma Alegria muito grande, Carlos Alberto, hoje à tarde, de rever vocês. E rever você na tribuna, eu estava com muita saudade disso. Eu quero dizer a todos os companheiros que estão no plenário, homenageando a Marcélio, a professora aqui, a vereadora Sonia Meire, ao vereador Camilo, a todos vocês, para responder um questionamento correto de Carlos Alberto Menezes, nosso companheiro, advogado, o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil daqui do estado de Sergipe. Na verdade, Carlos Alberto, eu não publiquei a matéria da Comissão da Verdade. Nós instalamos com o professor Bittencourt, secretário de direitos humanos e fizemos o trabalho. Da nossa parte, nunca

faltou apoio para a Comissão da Verdade, mas saí do governo em 2018 e até 2019 não tinham sido ainda publicado os resultados finais da Comissão da Verdade, por isso que eu não podia fazer a publicação do documento. Está explicado.

PROFESSOR BITTENCOURT – EX-VEREADOR DE ARACAJU

Jackson, importantíssima observação. Eu só agradeço. Obrigado. Um abraço para todos. Parabéns pelo trabalho.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, Bittencourt. E um abraço também carinhoso a sua família, que eu sei que sempre se emociona muito nesse momento. Nós estamos aqui fazendo essa sessão e no ano passado, no ano anterior, a última sessão que foi feita aqui, foi, exatamente, com a vereadora Ângela Melo. Então, nosso agradecimento à história também de construção da nossa ex-vereadora Ângela Melo... Vereadora, porque ela não é ex, ela partiu ainda muito precocemente e faz muita falta também neste Parlamento hoje. Quero passar... São muitas emoções. Quero passar agora a palavra para Matheus Soares, da Juventude do Partido Comunista. Por favor, Matheus.

MATHEUS SOARES – MEMBRO DA JUVENTUDE DO PARTIDO COMUNISTA

Boa tarde. Meu nome é Matheus, sou militante da União da Juventude Comunista, a juventude do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Também sou coordenador-geral do Diretório Acadêmico de História na UFS. Gostaria primeiro de saudar a Mesa, essa grande iniciativa pela vereadora Sonia Meire. Saudar os convidados que carregam tantas histórias dolorosas e que podem estar aqui, aos familiares desses bravos guerreiros que combateram essa mancha de sangue no estado de Sergipe, na história do Brasil. E que me emociona bastante, porque eu não estaria usando essa camisa aqui hoje, essa foice e esse martelo no peito, seria da Juventude comunista se não fossem essas pessoas que lutaram bravamente de 64 a 85. O camarada Marcélio, altas histórias, a gente sempre conversa quando está na UFS. E que me pega bastante, porque é um período bastante conturbado, bastante sangrento, que persiste até os dias de hoje. A gente tem, por

exemplo, na Câmara, ou até mesmo na prefeitura de Aracaju, representantes de um partido que endossa a ditadura militar, que pede a volta. O PL não deixa de fazer, faz isso o tempo todo. Então, é muito importante relembrar os nossos guerrilheiros, relembrar os nossos militantes, relembrar essa história de luta, mas, também, para a gente não esquecer o nome dos nossos algozes. Lembrar que essa tortura no décimo no 28º BC teve a presença de médicos, como o falecido José Carlos, que, infelizmente, morreu sem pagar pelos seus crimes. Outro que também foi embora sem pagar pelos seus crimes, que está sendo rememorado hoje em toda Aracaju, é o Dom Luciano, que foi colaborador da ditadura militar em Sergipe. Inclusive é responsável por abafar casos de tortura e assassinato no estado dos documentos oficiais. E Aracaju como um todo, espaços de cultura, de educação, rememorando o nome dele sem tocar nesses pontos que são cruciais para lembrar a nossa história. E esse espaço me pega, porque a ditadura militar é uma área de que eu tenho me dedicado, quero fazer o meu TCC sobre. Inclusive entrevistei o Marcélio e vários... Tentei entrevistar o Wellington, estou esperando a minha resposta ainda, viu, moço? Como um todo, mas principalmente aqui em Sergipe, porque a gente não vê isso saindo em nenhum outro lugar, não é? Nas escolas, a gente aprende sobre a ditadura a nível nacional. A gente sabe o que aconteceu em São Paulo, no Rio e etc., mas, não se ensina a história de Sergipe. Esse marco que é a operação Cajueiro, que hoje completa 49, ano que vem, meio século. Essa mancha de sangue que até hoje persiste, porque os nossos algozes não foram punidos por causa dessa maldita Lei da Anistia, que persiste até os dias de hoje e está sendo encaminhado para anistiar os novos golpistas. Os golpistas do passado e os golpistas do presente estão caminhando para serem anistiados e saírem sem consequência nenhuma, assim como os nossos algozes de 64. Então, eu queria agradecer o espaço, agradecer a presença e dizer que a JC está sempre disponível a qualquer espaço de luta e qualquer espaço de resistência.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada. Quero agora passar a palavra para a Poliana, para fazer uso. Quer vir aqui? Pois não, onde você quiser.

POLIANA – ASSISTENTE SOCIAL

Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Poliana, eu sou assistente social, sou servidora do Hospital Universitário e estou na coordenação de assuntos jurídicos do SINTUFS, estou representando a minha entidade. Eu queria parabenizar a Mesa, parabenizar a iniciativa de Sonia Meire desse projeto tão importante de resgatar a memória, justiça e verdade, porque a gente precisa homenagear essas pessoas que contribuíram, que lutaram, que tombaram pela democracia. Durante as falas, eu me lembrei... Meu pai é engenheiro e eu aprendi um pouco sobre a ditadura também em casa, porque ele dizia que quando era estudante de engenharia na UFAL, só pelo fato dele escrever no jornal do centro acadêmico, ele foi fichado. Ele não chegou a ser preso, mas ele foi fichado e uma vez minha avó estava queimando os livros que ele tinha. Minha vó tinha uma mercearia. Ele disse: "Mãe, a senhora vai queimar?". Ela achava que ele podia ter livro que eram considerados de esquerda, enfim. E isso me tocou muito, porque eu imagino o quanto deve ser difícil para todas as famílias, tudo que vocês viveram. Dizer também que o SINTUFS apoia essa luta. Porque a gente sabe que, quando o fascismo quer se implantar, o nazismo, Hitler, quando ascendeu na Alemanha, a primeira coisa foi queimar os livros, a gente sabe o quanto eles atacam a universidade, a educação, que é o pilar da democracia, de um país desenvolvido. A gente, recentemente, teve na UFS um golpe também, durante o governo Bolsonaro. A gente teve um reitor que foi nomeado por ele, de forma antidemocrática, que não participou das eleições há 4 anos. Felizmente, agora a gente resgatou, a gente pôde eleger o nosso representante que vai tomar posse agora em março. E para dizer que o SINTUFS está com vocês, gente se solidariza. Os fascistas não vão passar, anistia não, eles têm que pagar, os de antigamente e os de agora, porque é inaceitável que ainda se faça a distorção da história. A história, por si só, prova o que aconteceu. Então a gente não vai retroceder, a gente não vai voltar àqueles tempos horríveis que vocês passaram, que as famílias de vocês passaram. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Poliana. Leve o nosso abraço para todos companheiros e companheiras do SINTUFS. O SINTUFS também faz parte de toda essa luta que nós temos feito aqui em Sergipe e na cidade de Aracaju, diante de uma

jornada de lutas que nós nunca paramos. Então, a resistência sindical é fundamental e dos movimentos sociais, obrigada. Quero agora passar a palavra para o nosso companheiro Leonardo, presidente do PCB e, em seguida, nós vamos caminhar para o nosso encerramento. Vou fazer uma fala breve, o nosso compromisso de dar continuidade e encerrar.

LEONARDO DIAS – PRESIDENTE ESTADUAL DO PCB

Boa tarde a todas e todos. Queria aqui parabenizar a iniciativa de Sonia Meire, com o apoio dos demais vereadores. Atos como este de hoje são fundamentais na quadra histórica que a gente está vivendo. Não é um fato isolado no Brasil o que vem passando com a tentativa de golpe. Assim como foi dito por Carlos Alberto, a ditadura foi em toda América Latina naquele período. Os movimentos se dão em função do interesse do capitalismo em avançar e, para isso, é preciso reprimir a resistência da classe trabalhadora. Acho que, para que se tenha uma ideia, o Partido Comunista Brasileiro, seu comitê central, sua direção nacional, o cérebro de um partido, dois terços dele foi assassinado e até hoje seus corpos não foram encontrados. E um terço que não foi assassinado é porque estava fora do Brasil exilado, por isso também não foram. Então, essa é a cara do fascismo, essa é a cara da extrema direita que não tem qualquer humanidade, não pensa no outro, tendo seus interesse em primeiro lugar. E o que é pior, fantasiado, vestido de moralismo, de família, de pátria, quando, na verdade, o que a gente sabe é que o fascismo, o que a extrema direita quer é aumentar mais e mais o lucro dos grandes empresários. Isso não resta dúvida, acho que é uma coisa que a gente não pode deixar se iludir e se enganar. Por isso, gente, é fundamental que nós da esquerda, do mundo sindical, do movimento estudantil tragamos para o centro do debate a relação capital-trabalho, a disputa da classe trabalhadora com os patrões. Não que todas as outras pautas não sejam importantes, mas o centro tem que ser a disputa capital-trabalho, essa a gente não pode deixar de lado. E falando disso, do assassinato de vários companheiros, eu, na militância comunista, aprendi o seguinte: que o contrário da vida não é a morte, o contrário da vida é o esquecimento. E o que a gente tem que fazer aqui diariamente é fazer com que a história não seja esquecida, para aqueles companheiros que deram a sua vida em função de, nada mais nada menos, querer educação de qualidade,

saúde de qualidade e que houvesse um fim de explorar dos exploradores, de patrões e trabalhadores. Era isso, não é? Por conta disso, foram presos, torturados, e, volto a dizer, muitos assassinados. Para que eles permaneçam vivos é preciso preservar a memória, mas não só preservar a memória, é preciso aprofundar a democracia. E para aprofundar a democracia não basta o sufrágio universal, não basta o voto a cada dois anos, é preciso o pleno emprego. Mas não com o salário achatado como nós temos hoje, é preciso que zeremos a fila do SUS, é preciso universalizar a educação, mas não a educação tecnicista, mas a educação que forme cidadãos críticos, que tenham um olhar para a sociedade e que consigam enxergar que o que vivemos hoje não é eterno e que pode vir a ser superado. Não só a memória é importante para superar e, por isso, Sonia Meire, é de relevância não só esse ato de hoje, mas como tantos outros. Mas que a gente aprofunde a democracia, esse aprofundar a democracia é lutar por saúde, é lutar por educação, é lutar por ônibus, transporte de qualidade com mobilidade urbana. E é isso. Queria colocar aqui, dizer que o PCB, apesar de não ser o partido de 30, de 60, dos anos 80, mas o PCB continua vivo, trazendo e preservando a memória de toda a sua história e daqueles que lutaram e lutam até hoje por um mundo melhor, um mundo sem classe e que estamos juntos na luta no dia a dia. Lembrando que eu estou aqui também representando os Sinasefe, sindicato do qual hoje eu faço parte da direção e que também é um sindicato que está na luta e que vem tentando promover debates para resgatar, justamente, e preservar a memória, e mostrar a importância de aprofundar a democracia. Um abraço a todos e todas. Salve a democracia e a ditadura nunca mais.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Leonardo. Obrigada mesmo, nosso abraço. Importantíssimo a sua presença também hoje aqui e nas lutas sempre diárias. Vou passar agora a palavra para o nosso companheiro aqui, o vereador Camilo.

1º SECRETÁRIO DESTA SESSÃO CAMILO DANIEL – PT

Muito boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Cumprimentar o professor Dudu, a professora Ana Lúcia, a Professora Sonia Meire, Marcélio Bomfim, a professora Andreia Depieri, Jackson Barreto de Lima. Em 2019, Bittencourt, enquanto passei aqui nove meses na Câmara de Vereadores,

tinha, Jackson, uma movimentação nacional para a gente renomear lugares no Brasil inteiro que tinham nome de ditadores. Eu vim logo aqui em Aracaju saber qual era a rua, avenida, a escola, fiz um levantamento, mas Jackson Barreto já tinha sido perfeito antes. Então, a gente aqui já tinha escola Olga Benário, por exemplo. Parabéns, Jackson Barreto, pela sua história. Estou vendo aqui Wellington Mangueira, uma pessoa que minha família sempre teve muito carinho, meus pais sempre falaram muito do seu compromisso com a luta pela reforma agrária também. Muito feliz em ver, mais uma vez aqui, Professor Bittencourt nessa tribuna, o senhor faz muita falta aqui, o senhor sabe disso, seria muito importante nessa quadra histórica que a gente vive ter Vossa Excelência aqui nesta Câmara. Mas eu queria aqui falar rapidamente algumas coisas que me chamam muita atenção. Eu sou jovem, acho que não mais tão jovem, eu tenho 33 anos de idade, a minha geração não é uma geração que viu a ditadura militar acontecer como a de vocês. Eu, particularmente, estava aproveitando esse momento para aprender, cada vez mais, com a luta e com a experiência que vocês têm. Mas, na minha formação, eu venho do Movimento Sem Terra, então, eu fiz o possível e o impossível para ter na minha formação muito conteúdo e muita história sobre isso. Inclusive como bem disse o jovem camarada da UJC, a gente só está hoje aqui porque vocês trilharam, lutaram e colocaram as suas vidas por uma causa. Então, o nosso reconhecimento. Acho que esta Audiência Pública, gente, chega num momento muito importante não só para esta Casa, mas para o Brasil. Perceba que “Ainda Estou Aqui”, depois que vai para os cinemas e é indicado ao Oscar, ganha uma projeção mundial, mas ele provoca uma coisa interessante. A Juventude está querendo saber o que é isso? Eu estava vendo várias pesquisas, a Juventude está querendo saber o que é isso, o que teve no Brasil, a gente precisa saber. Audiências públicas como essa deixa a memória viva, a memória presente e para gente isso é o que importa. Essa semana também teve o centenário da camponesa Elizabeth Teixeira. Isso, paraibana, do filme “Cabra Marcado Para Morrer”. E eu queria muito vir aqui para falar uma coisa, não foi o vaqueiro, foi o fazendeiro. É diferente, é o fazendeiro, a gente precisa fazer uma correção, o Leonardo Dias estava falando aqui, nossa questão é de classe. A ditadura não foi só militar, ela também foi uma ditadura do grande capital, como diria Octavio Ianni, não é, Alexandrina? É uma ditadura do grande capital. Foi para

implementar um projeto de sociedade que está aí e que eles queriam retomar em 2016 com golpe contra a presidente Dilma, e que eles queriam retomar com a trama golpista que queria matar o presidente Lula. Vocês imaginem, se eles iam matar o presidente da República, o vice-presidente, o ministro do Supremo, imaginem o que é que aconteceria conosco aqui. Então, eu tenho muita alegria de estar aqui nesse momento, de dizer da nossa origem camponesa, vaqueira também. Eu gosto das vacas, nós gostamos, a gente gosta. Tenha a certeza que dos vaqueiros teriam muito mais sensibilidade e o problema não são os vaqueiros, são os fazendeiros, os fazendeiros. Muito obrigado, presidenta Sonia Meire. Muito obrigado.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, vereador Camilo. Pois não...

JACKSON BARRETO – EX-GOVERNADOR DE SERGIPE

Professora, permita-me um aparte para completar aqui a palavra de Camilo. Viu, Camilo? Você falou sobre mudança de nome. Quando eu assumi a prefeitura, a Avenida Tancredo Neves era Avenida 31 de março, em homenagem a 64, eu mandei o projeto para a Câmara e mudei o nome para Avenida Tancredo Neves, que, naquele momento, significava o processo de redemocratização e tirei o nome. Quando eu fui governador, a escola Professor Paulo Costa, do bairro Industrial, se chamava Castelo Branco, o ditador número um. Eu fiz um decreto e tirei o nome de Castelo Branco, e hoje aquela escola é Professor Paulo Freire. Quando eu fui governador, a escola do conjunto Médici se chamava General Médici, a escola, eu tirei o nome de Médici e botei Nelson Mandela. Uma professora veio me dizer: "Mas o senhor bota o nome de uma pessoa que os estudantes não sabem nem quem é.". Eu disse: "Professora, quem está falhando aí a senhora que é professora e devia ensinar seus alunos.". Eu tirei o nome da escola de Costa e Silva, lá da Avenida Rio de Janeiro, e botei Professor João Costa. Alguns estudantes foram no Palácio falar comigo, do porquê tirar o nome do Costão. Eu digo: "Eu não vou tirar o nome do Costão, não. Eu vou tirar o nome de Costa e Silva e botar João Costa, continua o Costão.". Muito obrigado.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

É isso mesmo. Obrigada. Concluindo... Sim.

PROFESSORA ANA LÚCIA VIEIRA – EX-DEPUTADA ESTADUAL

Sonia Meire, só para concluir, completar a fala de Jackson. Veja, Jackson teve o conhecimento disso, eu tinha um projeto. Nós passamos 16 anos e o projeto não foi aprovado, que era para tirar o nome de... Não eram só das escolas, de todos os prédios públicos que tinham nome de ditadores, mas até hoje ele não foi aprovado e foi arquivado. Aí Jackson fez o decreto das escolas estaduais, era isso aí que eu queria registrar.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito bem. Essa sessão de hoje está sendo gravada, além de ser veiculada. Creio que nós temos um compromisso também nessa construção da memória. Nós temos tido algumas audiências aqui, além de Sessões Especiais, e, algumas delas, nós vamos tentar transformar depois em documentários, para ficar também como registro da nossa construção histórica e do debate, principalmente aqui no Parlamento, na Câmara Municipal de Aracaju. Nós tivemos algumas audiências com famílias, vítimas, que seus filhos foram assassinados pelo Poder do Estado, são vozes de famílias. E nós também transformaremos essas audiências, já fizemos duas, uma por ano, temos feito. Deveremos ter o registro disponível para a população, porque nós consideramos ser de fundamental importância recuperar para que a gente possa avançar e transformar a nossa realidade. A memória não pode ser algo visto como o passado estático, ela tem que nos orientar para reorganizar o presente e promover um futuro de liberdade plena e de soberania. Então, eu penso que a contribuição de todos e todas aqui hoje foi fundamental nesse processo de construção, que não começou conosco, não começou comigo, começou com muitos que nos antecederam, alguns estão aqui, outros já não estão. Porque foram muitos golpes que nós passamos no Brasil, muitas situações de golpe e esse último deixou e continua deixando marcas na própria forma da institucionalidade burguesa. Não só nos órgãos públicos, mas também nas Casas Legislativas, com a censura, com as Comissões de Ética que querem destituir os mandatos com a violência política contra nós mulheres. Então, esse formato continua vivo no presente. A gente precisa recuperar a memória para entender as formas de existência das violências hoje, fruto do

autoritarismo, fruto de uma sociedade de base patriarcal, fruto de uma sociedade que se constitui numa base de uma estrutura racial terrível contra todas as populações negras, periféricas. Os povos originários que estão lutando para se manter, que na ditadura também sofreu contra todos os deslocamentos forçados que aconteceram durante o processo da ditadura militar e continua acontecendo hoje, não da forma que antes, mas hoje não é o deslocamento forçado, hoje é o extermínio, é o assassinato da população negra. Uma mãe vê um filho sendo morto à sua frente com 12 tiros. São as instruções, a forma que é utilizada para que as pessoas possam dizer o que ela não fez com a tortura dentro das delegacias. Nós sabemos que essa forma existe. E contra o imperialismo norte-americano. Nós chegamos a um grau, inclusive, hoje, do terror, da provocação, do medo. Que é muito difícil, Camilo, a juventude que não tem uma formação, que não está envolvida com os movimentos, que não tem essa estrutura dentro da sua casa, essa caminhada que muitos de nós tivemos, não tem como ir para frente, porque ela tem medo. Ela tem medo. E esse medo, todos os dias, é colocado para nós, é provocado. Então, nós que temos uma idade hoje, eu estou com 62 anos, eu me criei no meio da ditadura, eu sou de 63. Eu lia os livros escondidos. Entre 14 e 15 anos, eu já estava participando de reuniões de partido clandestino, porque fruto do meu processo de construção, do inconformismo com a miséria que eu via no bairro de periferia onde eu morava, na cidade de Feira de Santana. Então, o inconformismo da juventude precisa ser alimentado e é esse inconformismo que é combatido pela extrema-direita, que tem, a todo momento aqui, atentado contra nós, com o projetos de lei da Câmara Federal até a nossa Câmara Municipal. Nós precisamos continuar fazendo espaços como este. Aqui eu quero deixar também um agradecimento muito especial do nosso sentimento, Milton Alves, pelo seu trabalho, assim como o de Paulo Barbosa e José Carlos. Porque sem vocês, como disse Marcélia, é provável que muitos não estivessem vivos hoje e que não tivessem vivido por mais tempo. O trabalho do jornalismo... E aqui eu quero também aproveitar para agradecer, não pôde estar aqui hoje, Cristian Góes, que faz hoje um trabalho também de um jornalismo independente, com muita dificuldade, que nós precisamos, cada vez mais, criar espaços que vá à contramão do que está posto, diante de tantas *fake news* e de tantos espaços controlados nos meios de comunicação,

fomentar, cada vez mais, esses espaços. Eu acho que a esquerda demorou muito de aperceber, inclusive nas redes sociais, a importância desse espaço para combater o autoritarismo, combater o avanço do neofascismo e da extrema-direita. Então, muito obrigada pela sua dedicação, pela sua exposição de vida, porque enquanto os jornais aqui, os meios de comunicação não falavam nada, foram vocês três os principais, digamos assim, que conseguiram levar adiante o que estava se passando aqui. Muito obrigada. Muito obrigada mesmo, por tudo e por tanto. Quero aqui dizer que tudo que foi colocado, o que couber a nós, no âmbito, não é, Camilo? A gente tem conversado sobre isso. A gente construir processos cada vez mais coletivos aqui. Nós estamos no campo da oposição, de esquerda, no nosso caso. Não só a oposição à gestão da Prefeita, mas no campo de oposição de esquerda, nós temos que unificar esforços para a gente conseguir, inclusive retomar os mandatos cassados, o mandato cassado aqui na Câmara Municipal no período da ditadura. Nós precisamos elaborar coletivamente os projetos de lei e conversar com o presidente da Câmara para que possa avançar na aprovação de projetos de lei que reconheça o Memorial, como a Rua João Pessoa, como a Praça dos Expedicionários. Isso pode ser feito por meio de projeto de lei. E o que a Ana Lúcia anunciou, que precisa de recursos, garantir recursos de emendas parlamentares federais, estaduais e municipais e fazer esse trabalho, Ana, conjunto com nossos parlamentares em âmbito estadual, municipal e federal, para a gente ter um memorial também, um memorial que é o que você estava colocando, um memorial que possa ficar aí para as futuras gerações. E a publicação, lutar pela publicação do relatório da Comissão da Verdade, para que ele possa ter acesso nas bibliotecas, nas escolas públicas, com tradução em libras, em áudio, porque é só assim que a gente consegue dar passos maiores para frente. Eu acho que isso é o mínimo que a gente pode fazer pelas pessoas que perderam as suas vidas, pelas famílias sacrificadas, pelas filhas e filhos que até hoje têm as consequências de um período dos anos de chumbo na sua vida, porque ninguém sai ileso de um processo desse. Ninguém sai ileso. Também em agradecimento aos que continuam vivos aqui, resistindo e construindo esses momentos conosco. Para finalizar, eu quero dizer o seguinte: a conjuntura não está fácil. Esse momento aqui, para nós, é um momento de fortalecimento, de uma unidade e uma frente única de esquerda

em Sergipe, que nós precisamos avançar. Olhar para o passado com o pé no presente, com o que está acontecendo hoje de ataque, com tudo que foi colocado aqui, inclusive complementado pelo que Leonardo Dias traz da fome, da educação, em todas as áreas, do saneamento, da mobilidade, do direito à existência, é que nós precisamos construir uma frente única de esquerda antifascista, que nós ainda não conseguimos fortalecer diretamente. Nós temos uma unidade de ação muito boa, acho que a gente tem construído, o estado de Sergipe tem construído uma unidade de ação. Nós podemos, nós temos capacidade para construir, cada vez mais, e fortalecer essa frente única de esquerda e avançar na defesa da classe trabalhadora, contra o imperialismo norte-americano e contra a bestialidade que estáposta hoje por uma extrema-direita caricata, neofascista, sem conteúdo, sem construção histórica e sem nenhum trabalho e prestação de serviço à sociedade brasileira, sergipana e aracajuana. Então, sigamos firmes. Muito obrigada. Que nunca a coragem há de nos faltar e que sigamos firmes na luta. Um abraço carinhoso, um bom retorno. Eu gostaria aqui agora de convidar todas vocês e todos para a gente fazer uma grande foto aqui com os resistentes e as resistentes que ficaram até esse horário. Milton Coelho, isso. Muito bem, obrigada. Meu agradecimento aos funcionários, aos trabalhadores aqui da Câmara que estão conosco até esse momento, já avançando o seu horário de descanso. E o meu agradecimento a vocês que estão aqui transmitindo. Muitíssimo obrigada. Grande beijo.

CAMILO DANIEL – PT

Professora Sonia Meire, só para aproveitar o momento antes do encerramento da sessão, para registrar também a presença de Eduardo Côrtes, procurador do TCE, que também representa Bosco Rolemberg e Ana Côrtes.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito bom, muito obrigada. Seu Leonardo também, parceira de luta.

CAMILO DANIEL – PT

Seus pais presos políticos.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada.

[SESSÃO ENCERRADA]

Texto revisado por Maria Tereza Melo Mendonça.